

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BRUNO LUIZ DE SOUZA RONCHI

**A CRÍTICA DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA E O CRESCIMENTO DOS PARTIDOS
DE DIREITA RADICAL A PARTIR DA CRISE DE 2008**

**PORTO ALEGRE
2017**

BRUNO LUIZ DE SOUZA RONCHI

**A CRÍTICA DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA E O CRESCIMENTO DOS PARTIDOS
DE DIREITA RADICAL A PARTIR DA CRISE DE 2008**

Monografia de graduação submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

**PORTO ALEGRE
2017**

CIP - Catalogação na Publicação

Ronchi, Bruno Luiz de Souza

A crítica da integração europeia e o crescimento dos partidos de direita radical a partir da crise de 2008 / Bruno Luiz de Souza Ronchi. -- 2018.

72 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. União Europeia. 2. Crise econômica de 2008. 3. Euroceticismo. 4. Partidos de direita radical. I. Pereira, Analúcia Danilevicz, orient. II. Título.

BRUNO LUIZ DE SOUZA RONCHI

**A CRÍTICA DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA E O CRESCIMENTO DOS PARTIDOS
DE DIREITA RADICAL A PARTIR DA CRISE DE 2008**

Monografia de graduação submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

Aprovado em: Porto Alegre, 3 de janeiro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira– Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi
UFRGS

Para Lucas e Valdir

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa, de alguma forma, o resultado dos últimos quatro anos de vivência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sinto-me extremamente honrado e satisfeito pelos anos que passei nesta instituição, e particularmente no curso de graduação em Relações Internacionais. Não seria possível, no entanto, que eu chegasse a este ponto sozinho.

Agradeço a Deus, pela força e o privilégio de poder concluir este ciclo.

Aos meus avós, meus pais e meu irmão, agradeço por terem acreditado em mim. Apesar de todos os desafios que uma família de trabalhadores brasileiros passa a cada dia, meus pais me deram amor e me educaram. Tenho ciência dos meus privilégios, mas não diminuo a importância das dificuldades que enfrentamos juntos, e sobretudo do incentivo que eles sempre me deram a despeito delas. Agradeço por terem sonhado comigo.

À sociedade brasileira, agradeço pelo apoio indispensável à minha formação. Milhões de trabalhadores brasileiros contribuem para a formação de cidadãos em instituições públicas de ensino. Diante desse privilégio, espero estar à altura de sua confiança, trabalhando construtivamente em favor da dignidade humana e de uma sociedade mais justa.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, agradeço pelos quatro anos de minha formação em sua totalidade. Não seria possível vislumbrar um modo de iniciar essa descoberta pelo meu papel na sociedade – e o melhor modo de contribuir positivamente para sua construção – sem o trabalho desses anos.

Aos meus professores, agradeço pelos ensinamentos valiosos para minha formação enquanto pessoa, estudante e pesquisador. Agradeço especialmente à professora Analúcia Danilevicz Pereira, que me orientou e me aconselhou ao longo da minha formação acadêmica, e pelas lições fundamentais que aprendi em suas aulas.

Agradeço também à Comissão Europeia e à Universidade de Rennes 1, de quem tive a honra de contar com o apoio para a realização do meu intercâmbio no ano de 2016. Grande parte das questões que originaram este trabalho se devem a esse período da minha formação.

Aos meus amigos e colegas, agradeço por terem estado juntos e terem crescido comigo durante esses quatro anos. Vocês também foram indispensáveis para que eu chegasse até aqui, e espero que sigamos juntos, nos apoiando e comemorando nossas conquistas. Em especial, agradeço à Ana Paula, à Marielli, à Thaís, ao Stefano, à Aryanne, ao Douglas, à Catharina, ao Tobias, ao Victor, ao Ricardo, ao Leonardo e ao João Estevam.

Espero ser digno da confiança, amizade e apoio de todos aqui citados, para quem também dedico este trabalho.

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Art 1º, Declaração Universal dos Direitos Humanos

RESUMO

Potencializado pelos efeitos desencadeados a partir da crise econômica de 2008, a crescente aceitação e adesão aos partidos de direita radical nas democracias europeias questiona o consenso hegemônico norte-americano. O nativismo e o autoritarismo vinculados a essa família de partidos se desdobram em um discurso chauvinista, proposto a defender o bem-estar social da ameaça estrangeira – e particularmente do projeto representado pela União Europeia. Diante dessa perspectiva, o presente estudo procura analisar o euroceticismo associado aos partidos de direita radical, entre os quais se verifica uma oposição de princípio à integração e uma adesão destacada entre os países da Europa Ocidental. A fim de compreender as transformações atuais do sistema mundial, e particularmente o questionamento das bases do consenso hegemônico norte-americano pela adesão crescente a formas exacerbadas de crítica à integração europeia, este trabalho objetiva relacionar, a partir de uma análise histórica, teórica e estatística, os elementos que constituem o fortalecimento dos partidos de direita radical na Europa no curso da última década. Ainda que não cheguem a estabelecer um poder majoritário, a posição desses partidos nas democracias europeias tensiona as políticas públicas no sentido nativista e autoritário que os consubstancia. De tal modo, o conteúdo chauvinista da direita radical se projeta estrategicamente sobre os efeitos da crise de 2008, no sentido de uma resistência às ameaças ao bem-estar social nos países mais ricos da Europa. Paradoxalmente, tais partidos logram se inserir nas regras do jogo democrático, a partir do qual ganham cada vez maior força, o que desafia a União Europeia e as democracias ocidentais de modo geral, no sentido de gerenciar a ascensão desses atores e garantir a preservação dos fundamentos da democracia liberal – expediente que deve passar pelas bases socioeconômicas desse fortalecimento e pela consideração dos efeitos, em nível local, da inserção global da Europa integrada.

Palavras-chave: União Europeia; Crise econômica de 2008; Euroceticismo; Partidos de direita radical.

ABSTRACT

Reinforced by the effects of 2008 economic crisis, the growing acceptance and adherence to radical right-wing parties in European democracies undermines the US hegemonic consensus. The nativism and authoritarianism associated with this party family takes place in a chauvinistic discourse, proposed to defend social welfare from foreign threat - and particularly the project represented by the European Union. Therefore, the present study seeks to analyze Euroscepticism associated with radical right parties, among which there is a principled opposition to integration and a prominent adhesion between Western European countries. To understand the current world-system transformations, and particularly the undermining of US hegemonic consensus in the scope of the growing adherence to exacerbated forms of critique to European integration, this study aims to relate, from a historical, theoretical and statistical perspective, the elements that constitute the strengthening of radical right-wing parties in Europe during the last decade. Although they do not establish a majority power, the position of these parties in European democracies stresses the public policies towards the nativist and authoritarian sense that consubstantiate them. In this way, the chauvinistic content of radical right is strategically projected on the effects of 2008 crisis, in the sense of a resistance to the threats to social welfare in the richest countries of Europe. Paradoxically, such parties succeed in inserting themselves into the rules of democratic game, from which they gain more and more strength, which challenges the European Union and the Western democracies to manage the rise of these actors and ensure the preservation of liberal democracy's foundations – a process that must go through the socioeconomic basis of this strengthening and the consideration of the effects, at the local level, arising from Europe's global integration.

Keywords: European Union; 2008 Economic crisis; Euroscepticism; Radical right-wing parties.

RÉSUMÉ

Favorisée par les effets de la crise économique de 2008, l'acceptation et l'adhésion croissantes aux partis de droite radicale dans les démocraties européennes affaiblissent le consensus hégémonique américain. Le nativisme et l'autoritarisme associés à cette famille de partis se déroulent dans un discours chauviniste, proposé à défendre le bien-être social contre la menace étrangère - et en particulier le projet représenté par l'Union européenne. Par conséquent, la présente étude cherche à analyser l'euroscepticisme associé aux partis de droite radicale, parmi lesquels il y a une opposition de principe à l'intégration et une forte adhésion entre les pays d'Europe occidentale. Pour comprendre les transformations actuelles du système mondial, et en particulier l'affaiblissement du consensus hégémonique américain dans le cadre de l'adhésion croissante à des formes exacerbées de critique de l'intégration européenne, cette étude vise à relier, d'un point de vue historique, théorique et statistique, les éléments qui constituent le renforcement des partis de droite radicale en Europe au cours de la dernière décennie. Bien qu'ils n'établissent pas un pouvoir majoritaire, la position de ces partis dans les démocraties européennes met l'accent sur les politiques publiques au sens nativiste et autoritaire qui les constituent. De cette façon, le contenu chauviniste de la droite radicale se projette stratégiquement sur les effets de la crise de 2008, dans le sens de la résistance aux menaces à la protection sociale dans les pays les plus riches d'Europe. Paradoxalement, ces partis réussissent à s'insérer dans les règles du jeu démocratique, dont ils acquièrent de plus en plus de force, ce qui met l'Union européenne et les démocraties occidentales au défi de gérer la montée en puissance de ces acteurs et de préserver les fondements de la démocratie libérale – processus qui doit passer par la base socio-économique de ce renforcement et la prise en compte des effets, au niveau local, de l'intégration globale de l'Europe.

Mots-clés : Union Européenne ; Crise économique de 2008 ; Euroscepticisme ; Partis de droite radicale.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Países-membros da UE e blocos relacionados.....	17
Figura 2 - Adesão dos membros à UE.....	24
Figura 3 - Grupos políticos no Parlamento Europeu em dezembro/2017	28
Figura 4 - Escalada de abstração de ideologias nativistas	46
Figura 5 - Resultado das eleições do Parlamento Europeu em 2009.....	50
Figura 6 - Resultado das eleições do Parlamento Europeu em 2014.....	50
Figura 7 - Crescimento anual do PIB (%)	55
Figura 8 - Taxa de desemprego (estimativas nacionais).....	55
Figura 9 - Taxa de desemprego entre a força de trabalho com educação básica.....	56
Figura 10 - Taxa de desemprego entre a força de trabalho com educação intermediária	56
Figura 11 - Taxa de desemprego entre a força de trabalho com educação superior.....	57
Figura 12 - Porcentagem da dívida pública com relação ao PIB.....	59
Figura 13 - Contribuição para o Mecanismo Europeu de Estabilização	60
Figura 14 - Evolução do número de novo imigrantes (em milhares)	61
Figura 15 - Evolução da relação população estrangeira/população total	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AfD	Alternative für Deutschland
ALDE	Alliance of Liberals and Democrats for Europe
BCE	Banco Central Europeu
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CED	Comunidade Europeia de Defesa
CEE	Comunidade Económica Europeia
ECR	European Conservatives and Reformists
ECU	European Currency Unit
EFDD	Europe of Freedom and Direct Democracy
EMS	European Monetary System
ENF	Europe of Nations and Freedom
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FN	Front National
FPÖ	Freiheitliche Partei Österreichs
GUE/NGL	Gauche Unitaire Européenne/Nordic Green Left
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PPE	Partido Popular Europeu
PVV	Partij voor de Vrijheid
S&D	Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
UE	União Europeia
UKIP	UK Independence Party
UO	União Ocidental
VB	Vlaams Belang
Verdes/ALE	Verdes/Aliança Livre Europeia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A CONSTRUÇÃO DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA	16
2.1 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EUROPEU NO PÓS II-GUERRA MUNDIAL.....	17
2.2 FORMA E CONTEÚDO ATUAIS DA UNIÃO EUROPEIA	25
3 EUROCETICISMO	31
3.1 O CONCEITO DE EUROCETICISMO	32
3.2 INTEGRAÇÃO E DEMOCRACIA EUROPEIA	35
3.3 PARTIDOS POLÍTICOS E ELEITORES EUROCÉTICOS	39
3.3.1 Clivagem ideológica	42
3.3.1.1 Partidos eurocéticos de direita radical	45
4 DESEMPENHO DOS PARTIDOS DE DIREITA RADICAL A PARTIR DE 2008....	49
4.1 EFEITOS DA CRISE DE 2008.....	53
4.1.1 Efeitos das transferências fiscais	58
4.2 EFEITOS DOS FLUXOS DE PESSOAS	61
5 CONCLUSÕES.....	64
REFERÊNCIAS.....	68

1 INTRODUÇÃO

O fortalecimento dos partidos de direita radical na Europa, verificado mais assertivamente a partir da crise econômica de 2008, apresenta-se como situação particularmente relevante na área de estudos de Relações Internacionais. Para além do estudo da integração, o tema passa por questões relacionadas à própria lógica subjacente à hegemonia norte-americana no moderno sistema-mundo, tendo em vista a verificação de tendências nativistas e autoritárias entre essa família de partidos, contrapostas à construção europeia que, em termos hegemônicos, é compreendida como desdobramento da *Pax americana*. A aceitação e crescente adesão a discursos desse tipo em democracias ocidentais, notadamente nos países centrais, aponta para uma corrosão dos elementos consubstanciadores do consenso hegemônico - nos termos de Arrighi (1996) - ou da geocultura - nos termos de Wallerstein (2011) - associados à liderança dos Estados Unidos no sistema-mundo capitalista¹.

Diante dessa perspectiva, atenta-se de modo mais contundente para o componente eurocético dos partidos de direita radical, tomado como forma predominante de contraposição à construção europeia e como elemento unificador entre as formações políticas associadas a essa família de partidos. O euroceticismo, no entanto, não é restrito aos partidos de direita radical, sendo também verificado entre partidos no extremo oposto do espectro político. Contudo, a natureza da resistência à integração europeia é significativamente distinta entre partidos dos dois campos ideológicos. No caso específico dos partidos de direita radical, verifica-se uma oposição de princípio à União Europeia, além de uma predominância entre os países mais ricos do continente, particularmente na Europa Ocidental². Nesse sentido, e diferentemente dos partidos de esquerda radical, os partidos de direita encarnam de modo mais evidente a corrosão do consenso hegemônico norte-americano³.

¹ A ideia de *consenso hegemônico*, em Arrighi, é extraída de sua própria definição de hegemonia mundial enquanto “capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (ARRIGHI, 1996, p. 27); definição que, por sua vez, retoma os binômios dominação-liderança de Gramsci, em referência à hegemonia social, e coerção-consentimento de Machiavel, a respeito da definição de poder. Nesse sentido, entende-se por consenso hegemônico o componente intelectual e moral de liderança de um polo sobre o sistema como um todo ou sobre uma parte dele. A geocultura, em Wallerstein (2011, p. xvi), se aproxima do conceito de Arrighi ao ser definida como “um conjunto de ideias, valores e normas que foram amplamente aceitas através do sistema e que constroem a ação social a partir de então”. Apesar da divergência terminológica, a convergência entre ambos os conceitos consubstancia a ideia de consenso hegemônico norte-americano empregada neste trabalho, sendo de tal modo referente às ideias, aos valores e às normas vinculadas à liderança dos Estados Unidos no moderno sistema-mundo, compreendida como uma hegemonia de cunho *liberal*.

² O fortalecimento dos partidos de direita radical não se restringe à Europa Ocidental, sendo também verificada em outras partes do continente. Considera-se, no entanto, que para uma análise sistemática dos fenômenos relacionados ao fortalecimento desses partidos, convém adotar essa região como unidade básica de análise.

³ Destacando sua preocupação com o tema, a própria Comissão Europeia (2017, p. 9), em seu Livro Branco publicado neste ano, destaca que “o regresso do isolacionismo veio lançar dúvidas sobre o futuro do comércio

Interessa considerar que a distribuição geográfica dos partidos políticos eurocéticos se associa à posição central ou periférica dos países europeus, vinculada muito particularmente aos efeitos assimétricos da crise de 2008. De tal modo, em países como a Alemanha, a França e o Reino Unido, partidos eurocéticos como o *Alternative für Deutschland*, o *Front National* e o *UK Independence Party* surgem ou ganham novo fôlego a partir da crise. Além de sua importância em termos econômicos e políticos, tais países despontam como grandes contribuintes do orçamento da UE, bem como receptores de grande fluxo migratório ao longo da última década - elementos que tem ocupado o centro da pauta eurocética dos partidos de direita radical.

Objetivamente, este estudo visa analisar a relação entre o fortalecimento de partidos eurocéticos de direita radical e os efeitos da crise de 2008 na Europa Ocidental. Com essa finalidade, mais concretamente, é necessário: a) compreender a construção da integração europeia enquanto processo associado ao consenso hegemônico norte-americano, assim como os desdobramentos institucionais, políticos e estratégicos dessa construção; b) delimitar o conceito de euroceticismo, avaliando a centralidade dos partidos políticos e a importância da clivagem ideológica na determinação dos diferentes tipos de resistência verificados, com enfoque particular para os partidos de direita radical e; c) identificar e dimensionar o desempenho dos partidos eurocéticos de direita radical no período subsequente à crise de 2008, tendo em vista os efeitos diretos e desdobrados a partir da crise.

Tais objetivos se orientam na direção do problema central deste estudo, no sentido de compreender como a crise de 2008 influencia na aceitação e desempenho dos partidos de direita radical na Europa. De tal modo, o problema é vinculado a questões específicas, que procuram responder: a) como a integração europeia se constrói sob a égide da hegemonia norte-americana, e quais os efeitos dessa vinculação?; b) qual o conteúdo da ideia de euroceticismo e por que importa considerar o papel dos partidos políticos, de acordo com suas clivagens ideológicas e considerações estratégicas? e; c) qual a dimensão do fortalecimento dos partidos de direita radical em termos eleitorais, tanto a nível europeu quanto nacional - e como esse fortalecimento se relaciona aos efeitos da crise de 2008 nesses dois níveis?

A hipótese principal desta pesquisa, tendo em vista os objetivos e problemas relacionados, é a de que os efeitos da crise de 2008 favoreceram as condições para o fortalecimento do euroceticismo baseado em partidos de direita radical, cuja aderência em camadas socioeconomicamente mais vulneráveis refletiu uma resposta sistemática desses

internacional e do multilateralismo” e que “a defesa do comércio livre e progressista e a configuração de uma globalização em benefício de todos constituirá um desafio cada vez mais exigente”.

partidos no sentido de protagonizar o debate eurocético em meio à conjuntura crítica. Derivam-se, a partir dessa hipótese, três asserções: a) os efeitos em termos de emprego e renda, particularmente entre os trabalhadores com menor nível de instrução, atuam no sentido de favorecer a adesão aos partidos eurocéticos de direita radical; b) os efeitos derivados sob a forma das transferências fiscais para países em situação de maior deterioração econômica a partir da crise contribuem igualmente para a crescente adesão ao euroceticismo baseado em partidos de direita radical e; c) também contribui para o fortalecimento desses partidos o aumento dos fluxos de pessoas em direção aos países mais ricos da Europa, verificado de modo mais contundente no período que se segue à crise de 2008.

A realização deste estudo se estrutura em torno de três partes: no primeiro capítulo, trata-se de analisar o histórico de construção da UE, as motivações relacionadas e sua inserção no sistema-mundo capitalista hegemônico pelos EUA. Para além do resgate histórico, trata-se igualmente de compreender a forma atual da integração e seus desdobramentos para o discurso eurocético. Nesse primeiro capítulo, recorre-se a uma revisão bibliográfica sobre o histórico da construção europeia e a uma pesquisa documental em fontes primárias da UE a respeito da forma atual do bloco.

No segundo capítulo, trata-se de resgatar uma abordagem conceitual e teórica das resistências à integração europeia a partir do conceito de euroceticismo, de discussões sobre o déficit democrático europeu e os efeitos do Tratado de Maastricht enquanto desencadeador de um dissenso restritivo para as decisões do bloco. Soma-se à discussão uma abordagem do papel dos partidos políticos, tendo em vista questões estratégicas e ideológicas na sua tomada de decisão e mais especificamente as divergências verificadas entre o euroceticismo de direita e de esquerda radical, com enfoque aprofundado para o primeiro. Nesse capítulo, recorre-se sobretudo a uma revisão bibliográfica que trate dos aspectos mais teóricos da politização da integração europeia no sentido das resistências e da forma eurocética baseada em partidos.

No terceiro capítulo, a pesquisa enfoca o desempenho dos partidos eurocéticos de direita radical a partir da crise de 2008, tanto em nível nacional quanto europeu - agrupados em torno de grupos políticos do Parlamento Europeu. Para além do mapeamento e dimensionamento eleitoral desses partidos, a pesquisa relaciona seus resultados aos efeitos da crise de 2008 em termos de geração de renda e níveis de desemprego, além das transferências fiscais para os países mais fortemente afetados pela crise e dos fluxos de pessoas em direção aos países mais ricos da Europa. Além do resgate bibliográfico que permite relacionar a empiria ao arcabouço teórico consolidado, a pesquisa recorre a dados estatísticos de países selecionados da Europa

Ocidental, além de uma pesquisa documental nos programas dos partidos de direita radical verificados nesses países.

Nesse sentido de análise, os elementos econômicos assumem importância destacada, ainda que se reconheça a existência de outros tipos de elementos igualmente importantes para a compreensão e explicação de uma realidade extremamente complexa. Para fins de encadeamento lógico, no entanto, as implicações analisadas no caso europeu terão como ponto de partida os efeitos das transformações recentes do capitalismo mundial. De certa forma, esse tipo de abordagem se diferencia da concepção corrente sobre as causas de fortalecimento dos partidos de direita radical, que comumente apontam para elementos culturais, e particularmente a oposição entre o modo de vida nativo e estrangeiro. Em última instância, o trabalho pretende contribuir para a ampliação da capacidade explicativa dos elementos econômicos relacionados ao fenômeno, sem necessariamente se reduzir a tal. É reconhecido que elementos culturais sejam centrais no discurso da direita radical europeia, mas mesmo esse tipo de causa parece estar relacionado a questões socioeconômicas mais profundas.

Em última instância, importa destacar que o estudo do euroceticismo pode ser teoricamente extrapolado para casos além da UE enquanto manifestação de falta de apoio a instituições e elites políticas, demonstrando, de certo modo, uma vinculação a tendências de ordem política mais abrangentes. Compreendido dessa maneira, o euroceticismo serve como indicador em um ambiente político aclimatado por um sentimento de desconfiança e ceticismo. Além disso, o projeto europeu integra uma arquitetura institucional global maior, de forma que tais resistências apontam para interações entre o nível doméstico e internacional, em um sentido que parte do interior das formações políticas nacionais e regionais (SZCZERBIAK; TAGGART, 2008b). Por fim, segundo Leconte (2015), a transposição das noções de resistência e contra-narrativa facilitam a comparação do caso europeu com outros casos de oposição e contestação de projetos regionais, como aquelas verificadas no Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA) ou do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) - igualmente apontando para relações de causalidades possíveis entre os níveis doméstico e internacional.

2 A CONSTRUÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

A fim de compreender a relação entre o fortalecimento dos partidos de direita radical na Europa e a crítica da integração no continente a partir de 2008, é necessária uma primeira aproximação sobre a UE, destacando-se as diferentes motivações relacionados a sua construção. Mesmo que seja reconhecida a diversidade de motivações, importante para a compreensão da arquitetura atual do bloco e dos processos desencadeados nos últimos anos, assume-se que sua concepção e construção tiveram lugar em um sistema mundial ajustado à hegemonia dos EUA, superpotência que se projeta sobre a região onde a UE dá seus primeiros passos. O processo de integração europeu surge de uma realidade embebida dos paradigmas conformadores da *Pax americana*, e logrou modificar internamente os países que compõem o bloco, bem como seu posicionamento conjunto no sistema mundial.

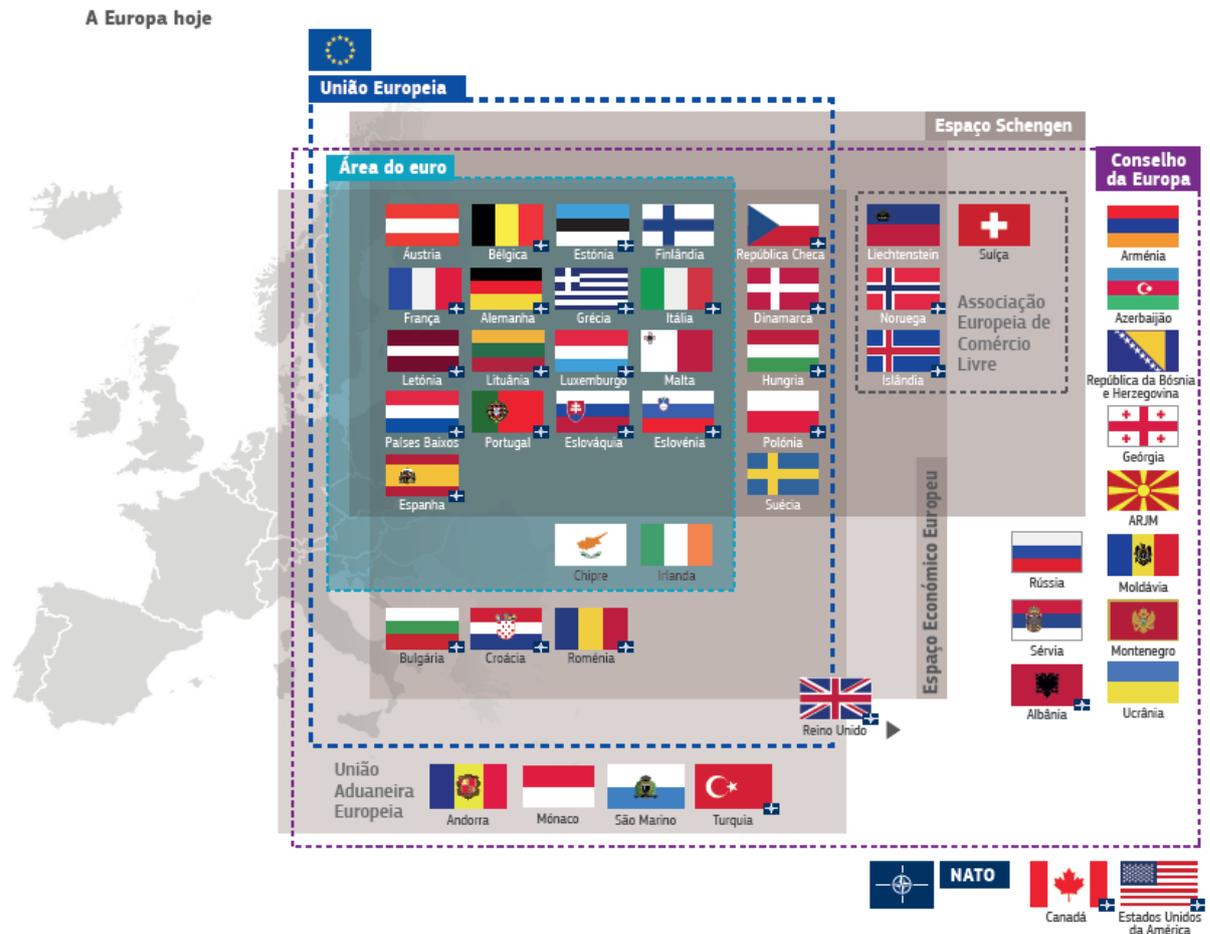
O Livro Branco publicado pela Comissão Europeia em 2017 trata do bloco como “um projecto único que combina prioridades nacionais e em que as soberanias tenham sido voluntariamente congregadas para que interesses nacionais e coletivos sejam mais bem servidos”. Nesse sentido, a Comissão defende que, guiados pela ideia de *unidade na diversidade*, “a União Europeia e os seus Estados-Membros foram capazes de mobilizar as forças e as riquezas únicas das nações que os compõem para realizarem progressos sem precedentes” (COMISSÃO EUROPEIA, 2017, p. 26). Atualmente, a UE conta com 28 países-membros⁴, estendendo-se por quatro milhões de quilômetros quadrados e contando com cerca de meio bilhão de pessoas⁵ que têm podido “viajar, estudar e trabalhar sem o obstáculo das fronteiras nacionais e da moeda” (COMISSÃO EUROPEIA, 2017, p. 6).

De modo a compreender a construção do bloco, sua arquitetura atual e as motivações que consubstanciam o processo, este capítulo procederá com uma breve retomada do histórico da UE, bem como das instituições que atualmente a compõem, sua competência e capacidade de atuação no bloco. Tais considerações só poderão ser efetivamente relacionadas ao problema de pesquisa se destacada a situação da estrutura mundial no período em que a concepção e construção da integração europeia ocorrem, assim como os desafios correlatos e possíveis motivações subjacentes. Assim, será possível avançar para o estudo específico da crítica à integração europeia e dos partidos de direita radical no continente, bem como dos processos relacionados a esses atores na esteira da crise de 2008.

⁴ Vide Figura 1

⁵ Ocupando respectivamente a sétima e terceira posição em escala mundial.

Figura 1 - Países-membros da UE e blocos relacionados



Fonte: Comissão Europeia, 2017.

2.1 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EUROPEU NO PÓS II-GUERRA MUNDIAL

Considerada a natureza e o espaço sobre o qual se constitui a hegemonia norte-americana no período que sucede a II Guerra Mundial, assume-se que o processo de construção do que futuramente se apresentaria sob a forma da UE se conforma, pelo menos inicialmente, aos paradigmas da *Pax americana*. Conforme aponta Todd (2003, p. 203), os dirigentes europeus, na segunda metade do século XX, não escolheram entre a adesão ou emancipação da hegemonia americana, mas “liberalizaram a economia e uniram o continente simultaneamente”. A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)⁶, germe da Comunidade Económica Europeia (CEE), representava muito mais um instrumento de integração dos mercados de recursos estratégicos - no sentido de impedir seu uso para fins militares e promover a

⁶ A CECA foi instituída em 1951 pelo Tratado de Paris, assinado pela França, Alemanha Ocidental, Bélgica, Itália, Luxemburgo e Holanda.

cooperação entre as elites e coexistência pacífica das nações europeias - do que um modo de fazer frente aos EUA. Conforme aponta Costa (2017, p. 33),

A opção da CECA foi o marco de uma mudança estratégica: a ideia era primeiro formar uma base econômica que pudesse permitir a cooperação política em médio prazo e tornar a reconciliação entre adversários da Segunda Guerra Mundial irreversível, colocando a produção e a gestão de recursos da indústria de armamentos sob uma autoridade comum. Na lógica da integração “por setor”, o objetivo era aplicar, de modo progressivo, o modelo da CECA em outros setores da economia e da sociedade para criar solidariedade econômica, jurídica, social e, por fim, política.

Sob uma primeira aproximação, de tal modo, o início da integração europeia pode ser compreendido como um esforço de pacificação conformada à lógica da hegemonia liberal norte-americana. Analiticamente, trata-se do resultado da interação entre uma *estrutura* internacional polarizada unicamente pelos EUA no imediato pós-II Guerra, e de uma *agência* europeia-ocidental orientada para reconstrução e a pacificação da região. Bruneteau (2008) reforça, nesse sentido, que, se em todos os grandes momentos do processo de unificação seus atores fazem referência aos grandes eixos da ideia de uma Europa unida, é também sob a pressão das circunstâncias que o processo é moldado: “é patente que a construção da Europa é, ao longo de toda a sua história, uma resposta às pressões do ambiente internacional” (BRUNETEAU, 2008, p. 16). Considerar essas pressões internacionais, bem como a própria natureza do sistema, não limita o papel dos europeus a uma condição de responsividade simples. A integração europeia guarda tanto elementos de resposta às pressões externas quanto motivações puramente internas, conforme mostra a própria CECA. Nesse sentido, o autor ilustra a relação entre o ambiente internacional e o processo de integração europeu, destacando-se principalmente os desdobramentos da bipolaridade nos anos seguintes:

O nascimento da Guerra Fria havia criado as primeiras instituições europeias, seu desenvolvimento posterior legitimará permanentemente a aventura comunitária; a guerra da Coreia em 1950 induziu, sob a pressão americana, a reintegração alemã sob os moldes comunitários; a descolonização, as crises Suez e de Budapeste em 1956 obrigam os Estados europeus a superar suas divergências e a imaginar um outro modelo econômico, estabelecendo os compromissos dos tratados de Roma; o “grande desenho” do presidente Kennedy e o começo da guerra comercial norte-americana nutrem o projeto de “Europa europeia” do general De Gaulle; a crise do petróleo e a renovação das tensões internacionais ao longo dos anos 1970 pressionam a Comunidade a imaginar um sistema de harmonização monetária e a reforçar os mecanismos da cooperação em política externa; os desafios econômicos e tecnológicos da mundialização são a fonte da refundação europeia conduzindo ao Ato Único de 1986; a queda do Muro de Berlim em 1989 e a desagregação do bloco comunista impõem o aprofundamento institucional em uma Europa em vias de um alargamento desmesurado (BRUNETEAU, 2008, p. 16).

Conforme aponta o autor, a integração da Europa ocidental é ressignificada pela lógica da Guerra Fria como uma forma de resistência à União Soviética e sua zona de influência: “aos poucos, a Europa ocidental-atlântica (da CECA e da CED) se ergue face à Europa comunista (do Comecon e do Pacto de Varsóvia)” (BRUNETEAU, 2008, p. 11). Todd (2003, p. 202) aponta, nesse sentido, que “os americanos precisavam de uma reconciliação franco-alemã⁷ para assegurar a coerência da aliança atlântica no continente, face aos russos” e que “os dirigentes europeus, por sua vez, sentiram muito compreensivelmente a necessidade da proteção americana logo após o golpe de Praga e a sovietação da Europa Oriental”. Na esteira do estabelecimento da CECA, e apontando no sentido do aprofundamento ensejado pela Guerra Fria, a criação da CEE, com o Tratado de Roma em 1957, representava o ponto culminante dos processos iniciados no pós-II Guerra Mundial (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Os tratados de Roma de 1957 resultam dos esforços empreendidos após o fracasso da Comunidade Europeia de Defesa (CED)⁸, rejeitada em 1954. A Conferência de Messina de 1955, que segue a esse episódio, criaria um comitê que proporia os termos dos tratados de 1957. As propostas foram adotadas pelos seis estados da CECA⁹, que abandonaram parcialmente a lógica de integração setorial em favor da criação de um mercado comum. Conforme aponta Costa (2017, pp. 34-35), “isso implicou um certo grau de intervenção e centralização menor do que o envolvido na CECA, mas a criação de instituições com certa liberdade para desenvolver novas políticas teve como base os objetivos gerais”. O objetivo, dessa forma, era integrar gradualmente a economia europeia sem prejudicar os poderes soberanos dos Estados¹⁰.

⁷ Dada a importância dos dois países, a relação franco-alemã é nuclear para o processo de integração europeu. Fiori (2008) adverte, no entanto, que o imediato pós-II Guerra também foi marcado por uma posição revanchista contra a Alemanha, destacando a criação da União Ocidental (UO) em 1948 pela França, Grã-Bretanha, Bélgica, Luxemburgo e Holanda. Segundo o autor, só depois de 1950, com o desenho da bipolaridade, é que esses países abdicaram do revanchismo e transferiram para os EUA e a OTAN a função de controle da Alemanha. Segundo o autor, em razão disso, os alemães foram admitidos na OTAN em 1955 e transformados num protetorado militar norte-americano, podendo assinar o Tratado de Roma de 1957, incorporando-se à CEE.

⁸ Com o objetivo de discutir o rearmamento da Alemanha Ocidental, os membros da CECA negociaram um novo tratado, propondo a criação da CED, que deveria dar continuidade ao trabalho da CECA no âmbito da defesa europeia e, em médio prazo, planejar criação de instituições políticas fortemente integradas. O tratado foi rejeitado pela Assembleia Nacional Francesa em 1954 (COSTA, 2017).

⁹ Importa destacar, no ínterim entre o fracasso da CED em 1954 e a assinatura do Tratado de Roma em 1957, as crises de Suez e de Budapeste, em 1956, que sinalizaram assertivamente a posição secundária dos países europeus no mundo bipolar. Enquanto a primeira crise teve como desfecho a retirada das tropas britânicas e francesas do Egito, sob a pressão americana, a segunda representou um constrangimento à própria ação dos EUA, cujo protesto contra intervenção soviética na Hungria era constrangido pela ação da França e do Reino Unido em território egípcio. Aliadas ao processo de descolonização, também influenciados pela ordem bipolar, as crises sinalizam a urgência do aprofundamento da integração, desdobrada sob a forma da CEE.

¹⁰ A transferência da soberania revela, através de suas diferentes perspectivas de operacionalização, os próprios interesses que se sobrepõem ao longo do processo. Bruneteau (2008) e Costa (2017) apontam pelo menos três perspectivas inscritas na integração da Europa: a federalista, a intergovernamentalista e a neofuncionalista. A primeira delas seria a mais profunda em termos de transferência de soberania, partindo da criação de uma comunidade política europeia que extrapola os Estados Nacionais, convergindo para uma federação sob um poder

A transferência da soberania é um ponto sensível para compreender a evolução da integração europeia, e particularmente nos primeiros anos da CEE essa é uma questão central nas discussões sobre o avanço do processo. Diante da resistência do general de Gaulle contra um desenho federalista de integração, desdobrada na chamada “Crise da cadeira vazia” da década de 1960¹¹, a Comunidade se molda sob a forma do intergovernamentalismo. Antes mesmo da crise, o líder francês já havia expressado a impossibilidade de diluição das nações europeias em favor de um projeto supranacional, defendendo a criação de uma “Europa Europeia” conformada por Estados soberanos e oposta à “Europa Americana” da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da “Europa dos Mercadores” à qual mais tarde se referiria Mitterrand (FIORI, 2008).

Sob a lógica do intergovernamentalismo, a CEE logra estabelecer um mercado comum que se fortalece ao longo da década de 1960. Sua estruturação atende às pressões da polaridade, mas passa a responder cada vez mais pelas transformações econômicas resultantes da reconstrução europeia, a nível regional, e do sistema de Bretton Woods, a nível mundial. Consubstanciando o paradigma produtivo da *Pax americana*, o fordismo ganha força em uma Europa pacificada e reconstruída sob os auspícios do Plano Marshall. Faria (1999) aponta que o fordismo se constitui por um regime de acumulação intensiva, combinado com um modo de regulação monopolista e espacialmente circunscrito ao mercado nacional. Segundo o autor,

Uma vez que a escala dos investimentos, principalmente no setor de bens de produção, que é o segmento líder da estrutura produtiva nesse regime, foi, desde o início, muito grande, apenas países também grandes lograram constituir sistemas econômicos integrados dentro de suas fronteiras nacionais, no sentido de realizar a quase-totalidade das relações dinâmicas intersetoriais dentro de suas fronteiras. A industrialização de países pequenos sempre esteve associada a um coeficiente elevado de abertura de suas economias, indicando que uma parte das relações intersetoriais se realizava além-fronteiras, internacionalizando, ou melhor, regionalizando, assim, o circuito do capital produtivo em processos de integração com vizinhos também industrializados [...]. Dessa circunstância, pode-se descrever a dimensão espacial do fordismo como fundamentalmente nacional, como no regime extensivo, mas com uma importante projeção regional. (FARIA, 1999, p. 278-279).

comum. O modelo federalista está ligado a setores intelectuais e impulsiona a identidade inicial do projeto europeu, mas dá lugar precocemente às duas outras perspectivas. Os dois outros desenhos de integração (neofuncionalista e intergovernamentalista) apresentam-se inicialmente como modelos concorrentes, mas progressivamente se fundem na construção da Europa unida. O primeiro deles visa integrar de maneira técnica setores-chave, operando transferências de soberania através de uma autoridade supranacional - lógica sob a qual se conforma a CECA. O segundo, imposto a partir dos tratados de Roma de 1957, privilegia o papel dos Estados negociando e cooperando a fim de responder mais eficazmente aos desafios e necessidades comuns.

¹¹ Na segunda metade do ano de 1965, de Gaulle solicitou que seus ministros não participassem do Conselho, expressando sua oposição à natureza federal da CEE, que se evidenciava pela transição para a votação por maioria qualificada. A crise paralisou o Conselho por sete meses, sendo solucionada pelo “Compromisso de Luxemburgo”, que permitiu aos Estados-membros solicitar o adiamento da votação por maioria qualificada, bem como discussões adicionais sobre projetos relacionados a interesses nacionais importantes (COSTA, 2017).

Na medida em que as implicações estratégicas da construção da Comunidade dão vazão aos interesses econômicos das elites europeias, sob a forma da regionalização do mercado comum, reforça-se o papel dos grupos de interesse enquanto força explicativa do processo. Nesse movimento, impelido pelo fordismo adaptado à Europa, a legitimidade da integração converge progressivamente para uma visão utilitária, vinculada aos ganhos econômicos do mercado único. Bruneteau (2008, p. 12) aponta que “enquanto o projeto europeu se tornava objeto de uma política pública comunitária [...], uma agregação de interesses diversos se produz inevitavelmente em torno da causa dos primeiros militantes” (intelectuais federalistas), “que haviam tido outras razões para agir além de seu próprio interesse (reconciliar a França e a Alemanha, pacificar o continente, reconstruir e modernizar a região...)”. É nesse sentido que, progressivamente, o intergovernamentalismo da CEE se vincula ao modelo neofuncionalista, cristalizando uma Economia Política da Europa que pouco se altera até os dias atuais.

O sucesso do mercado comum se desdobra na consolidação de uma união aduaneira, em 1968, e em 1973 o bloco registra sua primeira expansão, com a adesão da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido. Segundo Costa (2017, p. 37), os novos membros “se interessaram em continuar o projeto de abertura dos mercados nacionais e ajudaram a reestabelecer as atividades da comunidade”. Em 1974, é criado o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)¹², sinalizando um aprofundamento do mercado no sentido de uma “área de solidariedade financeira entre os estados membros e regiões” (COSTA, 2017, p. 38). Em 1978, na Cúpula de Brema, França e Alemanha Ocidental lançaram a ideia de uma cooperação monetária, com a criação do Sistema Monetário Europeu (EMS)¹³. Em 1979 são realizadas as primeiras eleições do Parlamento Europeu por sufrágio universal e, em 1981, a Comunidade registra sua segunda ampliação com a adesão da Grécia.

A evolução da CEE, ao longo da década de 1970, não se apresenta apenas como produto de sua própria construção, mas responde também por movimentos sensíveis no plano internacional. Particularmente, as crises do petróleo e a renovação das tensões internacionais são pontos-chave para compreender a criação do FEDER e o sistema de harmonização monetária, tendo-se em vista a necessidade de redução da vulnerabilidade dos membros da Comunidade diante da situação crítica que se apresentava, garantindo a viabilidade da

¹² Instrumento financeiro da Comissão Europeia para o combate dos desequilíbrios regionais. Seus recursos são geridos diretamente pelas administrações públicas. De acordo com os critérios de regionalização definidos, regras diferentes são impostas ao gerenciamento do Fundo, no sentido de facilitar o desenvolvimento de regiões atrasadas.

¹³ Criado em 1979, o objetivo do EMS era garantir a estabilidade das moedas europeias e, conseqüentemente, a funcionalidade do mercado comum. A Unidade Monetária Europeia (ECU) foi criada como moeda representativa da Comunidade (COSTA, 2017).

integração. Além disso, conforme aponta Vizentini (1992) a integração europeia passa a constituir cada vez mais uma forma de resistência à voracidade do capitalismo japonês e à economia americana, que já apresentava sinais de esgotamento.

Com os desafios econômicos e tecnológicos da mundialização, tais tendências são aprofundadas ao longo da década de 1980, conduzindo ao Ato Único de 1986¹⁴, que revisa o Tratado da CEE e codifica a cooperação no âmbito da política externa (BRUNETAU, 2008; COSTA, 2017). Convergindo para esse aprofundamento, conforme aponta Costa (2017), o neoliberalismo se consolida como paradigma no mundo capitalista, considerando o Estado como uma entidade obsoleta e indicando a necessidade de conceder mais poderes ao mercado da CEE para a realização de reformas que não poderiam ser concretizadas em nível nacional. Dessa forma, a definição dos novos objetivos de integração contou com o reforço da mobilização de agentes econômicos a favor da construção europeia.

A reunificação da Alemanha e a desagregação do bloco soviético, na virada dos anos 1990, criam desafios profundos para a integração europeia. Quatro décadas separam a criação da CECA e o fim da URSS, período ao longo do qual as tensões no sentido Leste-Oeste se constituíram, em larga medida, como a força impulsionadora do processo. Paradoxalmente, o que pode ser considerado como a vitória da *Pax americana* também representa um ponto de questionamento à finalidade de uma Europa unida. Conforme aponta Bruneteau (2008, p. 17), a abordagem realista das relações internacionais interpreta o engajamento das nações ocidentais na Comunidade europeia como resposta ao interesse, o cálculo ou o medo: “a integração econômica, a cooperação política e a reconciliação franco-alemã seriam explicadas prioritariamente pela preocupação de evitar a hegemonia soviética sobre o continente europeu”.

O que se observa, no entanto, é o aprofundamento institucional do projeto europeu, e simultaneamente uma ampliação progressiva do bloco, na contramão da perspectiva de que, com o fim da Guerra Fria e o triunfo do capitalismo, seria desnecessária uma Europa unida. Ainda em 1990, o Acordo de Schengen¹⁵ foi firmado, com o objetivo de abolir os controles fronteiriços entre os membros da CEE. Em 1991, o Tratado de Maastricht é adotado pelo Conselho Europeu, atribuindo novas formas de integração às instituições da Comunidade. O tratado se estrutura em torno dos pilares da Comunidade Europeia, da Política Externa e de Segurança Comum e da Cooperação em Justiça e Assuntos Internos, além de dar origem à União Econômica e Monetária (prevendo a criação de uma moeda única e a coordenação

¹⁴ Mesmo ano em que Portugal e Espanha entram para a Comunidade.

¹⁵ Convenção entre países europeus sobre uma política de abertura das fronteiras e livre circulação de pessoas entre os países signatários. Compreende atualmente 26 países (vide Figura 1).

macroeconômica entre os membros), de ampliar os poderes do Parlamento Europeu e de criar a cidadania europeia. Após um difícil processo de ratificação, o Mercado Único e o Tratado de Maastricht entram em vigor em 1993 (COSTA, 2017).

Uma vez que a integração se aprofunda ao invés de ser esvaziada com o fim da Guerra Fria, cabe destacar quais elementos permitiram a continuidade diante da ruptura no sistema mundial. Bruneteau (2011) indica alguns desses elementos, quais sejam: a consolidação de uma identidade europeia, a reação à reunificação alemã e a resposta ao fim do comunismo da Europa Central e Oriental. Segundo o autor, se o fim da Guerra Fria não põe termo à ideia europeia, um dos motivos é a socialização dos dirigentes europeus-ocidentais dentro de uma identidade democrática ao longo desse período, o que se estende também à elite econômica europeia, socializada pelo arranjo intergovernamental-neofuncional.

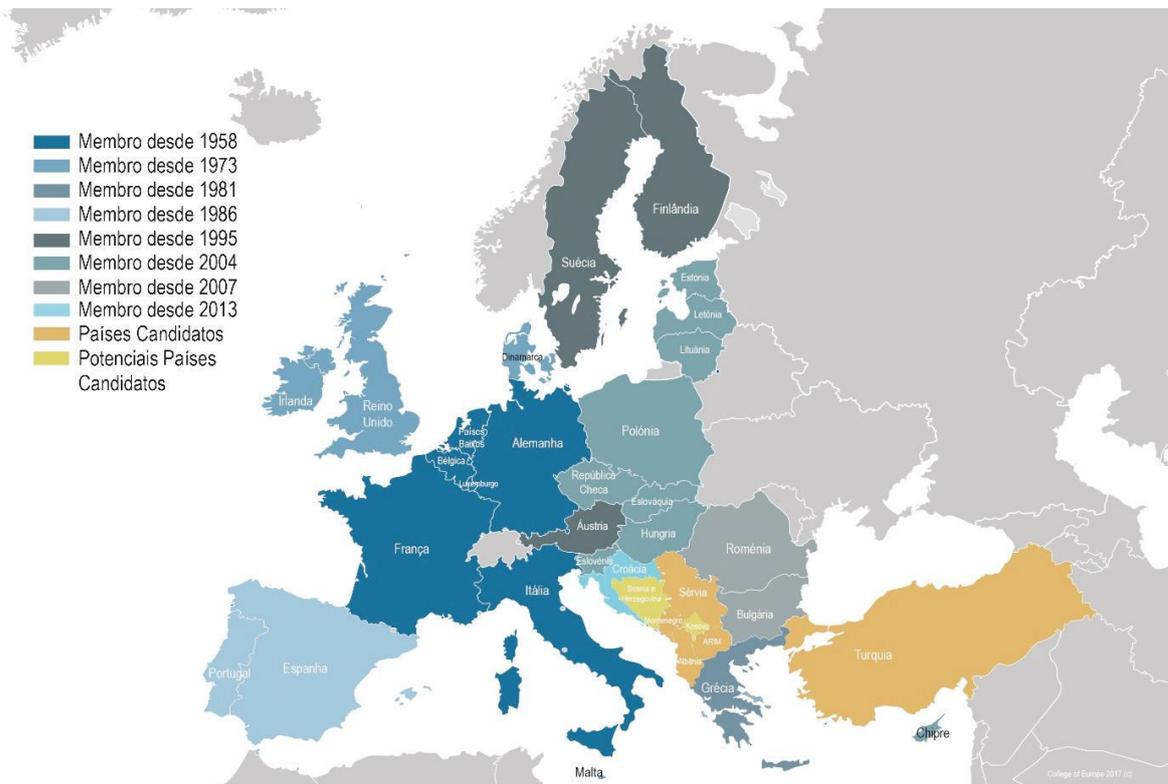
Além disso, o medo dos vizinhos da Alemanha diante de sua reunificação tornou premente o aprofundamento da integração, que toma forma com o Tratado de Maastricht. Fiori (2008, p. 44) aponta esse medo como uma força latente na Europa ao longo da Guerra Fria, e considera que, de fato, a unificação alemã representou uma mudança qualitativa no processo de interação da Europa, “não apenas porque a Alemanha se transformou da noite para o dia na maior potência demográfica e econômica da União, mas também porque passou a operar uma política externa mais autônoma e mais centrada nos seus próprios interesses nacionais”. Bruneteau (2011, pp. 149-150) complementa, nesse sentido, que o objetivo ocidental, desde o fim dos anos 1940, era uma dupla contenção: “conter a ameaça soviética imediata, mas também prevenir o retorno futuro de uma potência alemã incontrolável, de onde veio a escolha de encerrar a RFA em uma estrutura supranacional a fim de impedir o retorno à sua tradição imperial”. Nesse sentido, o aprofundamento da UE significa evitar a recentragem da Europa central em favor da Alemanha, prevenir uma ligação privilegiada entre a Alemanha e a Rússia¹⁶ e descartar o espectro do retorno a uma via histórica singular alemã.

Por fim, a transição pós-comunista na Europa Central e Oriental confrontou os europeus com o retorno das definições étnicas e nacionais. Segundo Bruneteau (2011), o debate europeu retoma as grandes questões que estruturam a ideia da Europa, de certa forma abafadas pela abordagem neofuncionalista: o conteúdo da identidade europeia, os limites da Europa, o lugar da referência nacional, a redefinição da democracia, a finalidade geopolítica da construção

¹⁶ A respeito das relações germano-russas, Fiori (2008) atenta para o fato de que, com o ressurgimento russo após a crise de desintegração da URSS, a Alemanha unificada aprofundou sua *Ostpolitik*, fortalecendo seus laços econômicos e financeiros com a Europa Central e a Rússia. Segundo o autor, um estreitamento da aliança entre os dois países afetaria o futuro da UE e a relação da Alemanha com os EUA.

européia. Tendo em vista essas preocupações, que se desdobram em condições econômicas e políticas específicas para a adesão dos países da Europa Central e Ocidental ao bloco¹⁷, os anos seguintes registram uma ampliação expressiva da UE. Em 1995, Áustria, Finlândia e Suécia aderem ao processo; em 1998 foram abertas as negociações referentes à adesão de países da Europa Central e Oriental, desdobradas na inclusão de dez outros países em 2004. Em 2007, a Romênia e a Bulgária entram para a União, e a Croácia em 2013¹⁸.

Figura 2 - Adesão dos membros à UE



Fonte: COSTA (2017, p. 59)

Para Todd (2003, p. 220) a expansão da UE tem como primeiro efeito político uma certa desorganização, deixando o sistema institucional em situação de impotência: “a persistência das nações, encarnando-se em línguas, sistemas políticos e mentalidades, torna muito difícil o desenvolvimento de procedimentos decisórios aceitos pelo conjunto dos membros”. Fiori

¹⁷ Para serem aceitos na União, os países têm de cumprir determinados critérios, conhecidos como Critérios de Copenhague (sua formulação ocorreu através do Conselho Europeu de Copenhague em 1993). Tratam-se: 1) da estabilidade institucional e da garantia da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e do respeito pelas minorias e a sua proteção; 2) de haver uma economia de mercado que funcione efetivamente e da capacidade de fazer frente à pressão concorrencial e às forças de mercado da UE e; 3) da capacidade para assumir as obrigações decorrentes da adesão, incluindo a capacidade de aplicar eficazmente as regras, normas e políticas que compõem o corpo legislativo da UE e a adesão aos objetivos de união política, econômica e monetária.

¹⁸ Vide Figura 2.

(2008), nesse mesmo sentido, identifica na Europa uma situação de impotência diante da definição e imposição de objetivos e prioridades estratégicas aos seus Estados-membros, reforçada através da ampliação forçada pelos EUA para incluir os países que pertenciam à órbita de influência soviética até 1991.

Apesar dos sérios desafios impostos à integração pela ampliação expressiva do bloco desde os anos 1990, esforços no sentido de aprofundar a institucionalização concorrem para seu fortalecimento. De tal modo, o Tratado de Amsterdã de 1997 já buscava conceder novos poderes à UE, bem como simplificar o processo de tomada de decisão e avançar na cooperação em matérias de justiça e assuntos internos (COSTA, 2017). Em 1999, onze Estados-membros passaram a adotar uma moeda única (o euro), e a partir de então a política monetária desses países foi transferida ao BCE¹⁹. Mais recentemente, em 2004, o Conselho Europeu adotou o projeto da Constituição Europeia²⁰, que seguiu para ratificação nos Estados-membros, sendo rejeitado por referendo na França e na Holanda em maio e junho de 2005, respectivamente. A derrota do projeto de Constituição se apresentou como desafio sério à construção europeia, na tentativa de harmonizar os membros do bloco depois de sua ampliação.

Todavia, em 2007, os 27 Estados-membros, reunidos em Lisboa, chegaram a um consenso sobre um tratado “que continha boa parte da Constituição, mas que deixava de fora todas as disposições federalistas ou constitucionais” (COSTA, 2017, p. 46). O Tratado de Lisboa foi firmado em 2007, mas assim como o projeto da Constituição Europeia, também precisou ser aprovado por referendos nacionais, sendo derrotado pelo referendo irlandês de 2008. A Irlanda concordou em realizar um segundo referendo, em 2009, dessa vez com resultados positivos. Dessa forma, o novo tratado entrou em vigor em 1 de dezembro de 2009, constituindo a base da arquitetura atual da UE.

2.2 FORMA E CONTEÚDO ATUAIS DA UNIÃO EUROPEIA

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em dezembro de 2009, a arquitetura institucional da UE é consolidada em torno da simplificação dos acordos precedentes e de um

¹⁹ Atualmente, 19 países integram a zona do euro (vide Figura 1). Faria (2004, p. 84) interpreta que a integração econômica regional torna necessária a criação de instituições de abrangência também regional: nesse sentido, “a restrição monetária precisa ser capaz de viabilizar a ação da lei do valor no novo espaço construído, propiciando a formação de um sistema de preços uniforme regido por uma moeda única”.

²⁰ O projeto representava uma tentativa de simplificar os acordos precedentes e melhorar o funcionamento da União depois da entrada dos novos membros. Para que entrasse em vigor, no entanto, seria necessária sua ratificação em cada Estado-membro. Em maio de 2005, os eleitores do referendo na França apoiaram a não ratificação do texto e, em junho do mesmo ano, os Países Baixos também optaram por não ratificar a Constituição Europeia, provocando uma séria crise sobre o futuro da integração, que encontraria resposta no Tratado de Lisboa.

empoderamento do Parlamento Europeu. Sua forma atual se apresenta bastante complexa, e pode ser analisada sob o prisma da divisão dos poderes, de acordo com a abordagem de Montesquieu. Costa (2017) esquematiza a estrutura da UE sob uma divisão que abarca, de um lado, o Conselho Europeu e a Comissão Europeia, detendo o poder executivo, e o Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu, de outro, compondo o poder legislativo²¹. Agregam-se a essas instituições o Tribunal de Justiça da União Europeia e o Tribunal de Contas Europeu (enquanto órgãos de controle), o Comitê Econômico e Social Europeu e o Comitê das Regiões (enquanto órgãos de apoio) e o Banco Central Europeu, responsável pela definição e implementação da política monetária na zona do euro. É importante compreender as competências e o modo como essas instituições atuam, na medida em que seus efeitos afetam não somente o processo de integração em si, mas consequentemente os condicionantes da própria crítica à integração.

No que se refere ao poder executivo da UE, o *Conselho Europeu* representa “o mais alto nível de cooperação política entre os Estados-Membros”. Ele reúne os principais líderes políticos do bloco (primeiros-ministros e presidentes), bem como os presidentes do próprio Conselho Europeu e da Comissão Europeia, assim como o alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que decidem sobre a direção e as prioridades gerais da UE (COMISSÃO EUROPEIA, 2014). Segundo Costa (2017), o Conselho Europeu funciona como um “chefe de estado coletivo”, formatando o trabalho das outras instituições.

A *Comissão Europeia* desempenha, junto ao Conselho Europeu, o papel de detentora do poder executivo na UE. É uma instituição que representa e defende os interesses da UE no seu conjunto, sendo a força motriz do sistema institucional europeu em diversos domínios. É responsável por apresentar propostas legislativas ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE, gerir e executar as políticas e o orçamento do bloco, garantir a aplicação da legislação europeia (em conjunto com o Tribunal de Justiça) e representar a União no mundo, exceto em matéria de política externa e de segurança comum. É composta por 28 comissários, que são escolhidos pelo presidente da Comissão e devem ser aprovados pelo Parlamento. O presidente, por sua vez, é eleito pelo Parlamento após proposta dos Estados-Membros. Uma nova Comissão é nomeada a cada cinco anos (COMISSÃO EUROPEIA, 2014). Sua estrutura comporta mais de 33 mil funcionários, o maior suporte administrativo entre as instituições da UE.

²¹ O Conselho Europeu (braço executivo) e o Conselho da União Europeia (braço legislativo) são instituições da União Europeia e se diferenciam do *Conselho da Europa*, organização intergovernamental criada em 1949 e que congrega 47 países (vide Figura 1), cujo objetivo é garantir os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito (CONSELHO DA EUROPA, 2017).

Compondo o poder legislativo do bloco, o *Conselho da União Europeia* é uma instituição com poder de decisão essencial. O Conselho é formado pelos “representantes dos estados membros em nível ministerial, que estão autorizados a atuar em nome de seus governos” (COSTA, 2017, p. 85). Suas responsabilidades essenciais são: aprovar a legislação europeia (em conjunto com o Parlamento Europeu); coordenar as políticas dos Estados-Membros; definir a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia; celebrar acordos internacionais entre a UE e um ou mais Estados ou organizações internacionais e; adotar o orçamento da União (em conjunto com o Parlamento Europeu). A presidência do Conselho é modificada a cada seis meses, sendo de responsabilidade do governo que exerce a presidência organizar as reuniões. Com vistas à continuidade da ação do Conselho, as presidências colaboram em grupos de três governos, que estabelecem um programa conjunto de trabalhos por dezoito meses (COMISSÃO EUROPEIA, 2014).

O *Parlamento Europeu* compõe, junto ao Conselho da União Europeia, o poder legislativo da UE. Tem como funções principais a competência para legislar, o controle sobre as demais instituições da UE e a autoridade sobre o orçamento da União. Seus 751 deputados são diretamente eleitos pelos cidadãos europeus com mais de 18 anos (16 na Áustria)²² em eleições realizadas a cada cinco anos, sendo distribuídos seus assentos de acordo com a população dos Estados-Membros. O funcionamento do Parlamento não conta apenas com os deputados, mas também, segundo Costa (2017, p. 93), “com entidades que possuem poderes significativos: grupos políticos, comitês parlamentares, delegações interparlamentares e órgãos hierárquicos”.

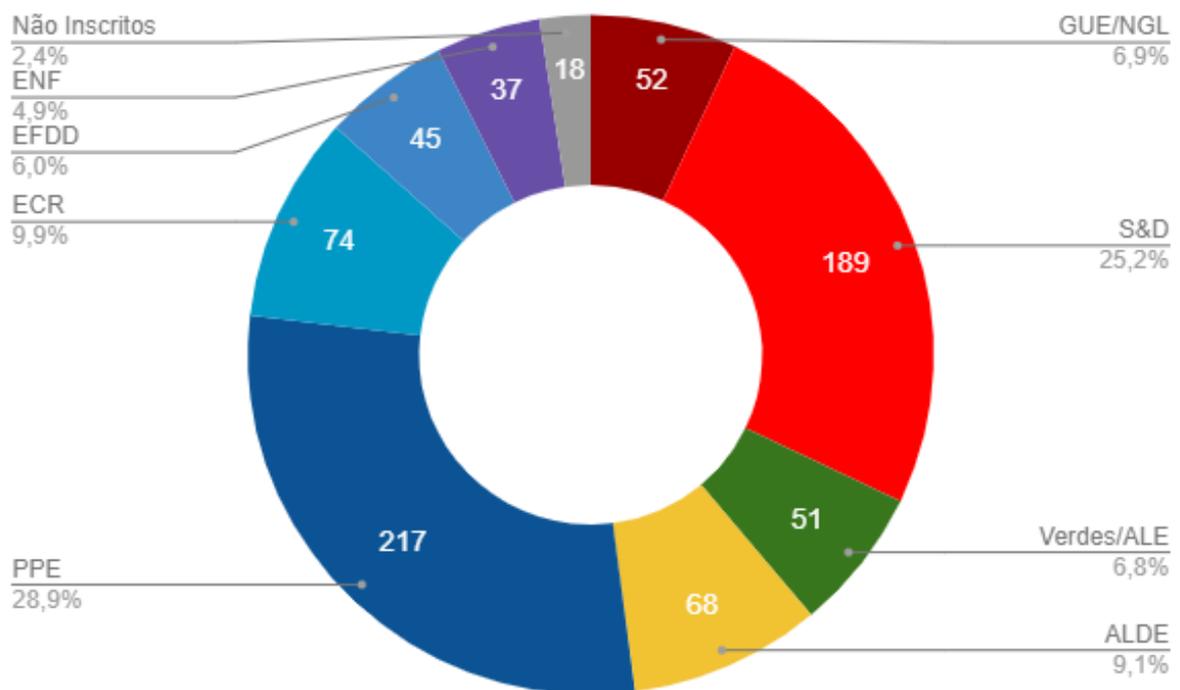
Particularmente, os grupos políticos se constituem como componentes centrais da organização e da deliberação do Parlamento Europeu, desempenhando um papel crucial na socialização e no treinamento dos deputados, bem como na supervisão e organização dos trabalhos. Ademais, os grupos são “estruturas funcionais e vetores de influência essenciais” que “exercem um papel essencial no desenvolvimento de posições majoritárias” (COSTA, 2017, p. 95). Por meio de um processo deliberativo interno, contribuem com a agregação de posições heterogêneas de seus membros por meio de um processo deliberativo interno, sendo assim o principal local de resolução e moderação de conflitos entre as delegações nacionais.

Na composição atual, 751 deputados se distribuem entre oito grupos políticos: o Grupo do Partido Popular Europeu (PPE), o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu (S&D), o Grupo dos Conservadores e Reformistas

²² Quase 400 milhões de cidadãos tiveram direito ao voto nas eleições de 2014. Nessas eleições, 42,61% deles foram às urnas, seguindo uma tendência de queda nas taxas de participação (PARLAMENTO EUROPEU, 2014).

Europeus (ECR), o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ALDE), o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL), os Verdes/Aliança Livre Europeia (Verdes/ALE), o Grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta (EFDD) e o Europa das Nações e da Liberdade (ENF). 18 outros deputados se apresentam como não inscritos. A figura 3 mostra a distribuição atual dos deputados europeus entre os oito grupos.

Figura 3 - Grupos políticos no Parlamento Europeu em dezembro/2017



Fonte: Parlamento Europeu, 2017. Elaboração do autor.

O *Tribunal de Justiça da União Europeia* e o *Tribunal de Contas Europeu* agregam-se às instituições que constituem o poder executivo e legislativo enquanto órgãos de controle. O primeiro tem a função de garantir a interpretação e a aplicação uniformes da legislação da UE em todos os Estados-Membros, fiscalizando a legalidade das ações das instituições da UE, assegurando que os Estados-Membros cumpram as suas obrigações e interpretando a legislação europeia a pedido dos tribunais nacionais (COMISSÃO EUROPEIA, 2014). Segundo Costa (2017, p. 109), o Tribunal “vai muito além da interpretação técnica das normas escritas. Ele mobiliza seus poderes para dar força constitucional à legislação da Comunidade, estabelece os princípios básicos da ordem europeia, promove a integração e estimula o desenvolvimento de novas políticas”. O Tribunal de Contas, por sua vez, se apresenta como uma instituição

independente de auditoria interna da UE, responsável por auditar o orçamento geral da União e outras transações financeiras como ajuda a países em desenvolvimento, auxiliando o Conselho e o Parlamento na execução de seus poderes de controle sobre a implementação orçamentária da Comissão (COSTA, 2017). Além dessas instituições, destacam-se o *Comitê Econômico e Social Europeu* e o *Comitê das Regiões* enquanto órgãos de apoio aos poderes executivo e legislativo da UE.

Por fim, o *Banco Central Europeu*, oficialmente institucionalizado pelo Tratado de Lisboa, é o responsável por definir e implementar a política monetária na zona do euro. É uma instituição independente dos governos e demais instituições da UE, que tem em vista manter a estabilidade monetária e garantir um nível reduzido e constante da inflação. Com essa finalidade, o BCE fixa as taxas de juros para empréstimos aos bancos comerciais, no sentido de influenciar o preço e a quantidade de dinheiro em circulação. O Banco também detém e gerencia as reservas cambiais oficiais dos membros da zona do euro, com as quais realiza suas operações de concessão de empréstimos. Além disso, possui o direito exclusivo de emitir cédulas de euro (sendo permitido aos Estados-Membros apenas a cunhagem com um lado nacional específico e em quantidade determinada), organizar a infraestrutura do mercado financeiro europeu e monitorar o setor bancário²³ (COSTA, 2017).

De modo geral, a estrutura institucional da UE se apresenta de maneira bastante complexa, dado relacionado à maturidade do processo e às sucessivas transformações às quais ele foi submetido ao longo dos sessenta anos desde o Tratado de Roma de 1957, que refundou a integração sob a forma da CEE. Na última década, essa estrutura é configurada pelo Tratado de Lisboa (2007), em vigor desde 2009, que representa ainda uma resposta à ampliação expressiva do bloco depois do fim da Guerra Fria, na esteira da tentativa frustrada de implementação da Constituição Europeia. Não obstante sua dinâmica institucional, a UE ainda encontra desafios sérios, tanto externa quanto internamente. Nesse sentido, Fiori (2008, p. 43) aponta que, “atualmente, a União Europeia se transformou numa unidade política fraca, com uma moeda supostamente ‘forte’ e com pouca capacidade de iniciativa estratégica autônoma e unificada no sistema mundial”.

²³ Particularmente no que se refere à monitoração do setor bancário, a Comissão Europeia (2014, p. 28) destaca que, “em resposta à crise econômica, o BCE certifica-se também de que os bancos exercem as suas atividades de modo seguro e fiável” - segundo a Comissão, “as fraquezas de algumas grandes instituições bancárias e as diferenças existentes nos vários países em matéria de regras e controlos foram fatores importantes que conduziram à crise”. Nesse sentido, novas regras foram fixadas para o setor bancário na zona do euro, particularmente no que diz respeito ao montante mínimo das reservas detidas pelos bancos.

A crítica deve ser relativizada, dada a importância inquestionável da UE no âmbito do próprio continente, mas a dúvida lançada sobre sua autonomia estratégica é pertinente. Em muito, essa fragilidade se deve à própria lógica intergovernamentalista-neofuncionalista que consubstancia o processo: o abandono da ideia de uma Europa federal também significa que a UE não terá em vista a conformação de um poder unificado capaz de fazer frente aos grandes desafios estratégicos do século XXI. Conforme antecipa Mandel (1982, p. 231), “a longo prazo é impossível ter uma moeda comum, um orçamento comum, um sistema comum de tributação e um programa de obras públicas comum sem um governo federal com soberania em questões de tributação e finanças, dispondo de um poder executivo de repressão para impor sua autoridade”. O que se aplica ao nível interno se reproduz, a seu próprio modo, no nível externo: apesar de complexa, a estrutura institucional europeia ainda é insuficiente para levar a cabo seus objetivos estratégicos de modo pleno. E é particularmente relevante ter em vista essa perspectiva de ineficiência na medida em que os efeitos desdobrados a nível internacional respondem em larga medida pela própria crítica da integração europeia: se a UE não é capaz de proteger seus cidadãos das pressões do ambiente internacional, por que então manter uma estrutura tão complexa sem os benefícios esperados?

3 EUROCETICISMO

Tendo-se em vista as preocupações mais gerais sobre as relações entre o sistema internacional do pós-Guerra Fria e a democracia europeia, cabe avançar para uma avaliação da forma atual das resistências à integração da Europa (moderada pelos desdobramentos da crise de 2008), e particularmente o papel dos partidos políticos enquanto vetores principais dessas resistências. O estudo do *euroceticismo* constitui, de tal modo, um desdobramento das próprias considerações a respeito da integração europeia, mediando a análise entre as transformações de ordem política e econômica nas relações internacionais da última década, por um lado, e o fortalecimento de partidos radicais de direita e esquerda, por outro.

É necessário ter em vista, nesse sentido, que a agenda desses partidos não se restringe e, em casos específicos, nem mesmo inclui a crítica à integração europeia nos variados níveis em que ela é verificada, e que, além disso, elementos fundamentais do ponto de vista ideológico e estratégico levam a posições igualmente variadas no seio do *euroceticismo baseado em partidos políticos*. Ao mesmo tempo, a pesquisa assume que, na amplitude da agenda dos diversos partidos que encampam a resistência à UE, o euroceticismo deve ser tomado como elemento unificador e central da análise, considerada sua importância destacada para o estudo das relações internacionais²⁴. Além disso, uma vez que o problema geral desta pesquisa se orienta para o esgotamento da hegemonia norte-americana, do ponto de vista de seus desdobramentos regressivos sobre a integração europeia e dos valores gerais a partir dos quais tal processo se fundamenta, interessa sobremaneira avaliar especificamente o caso do euroceticismo baseado em partidos de direita radical, cujo fortalecimento se expressa de modo mais evidente, ao longo dos últimos dez anos, na Europa Ocidental²⁵.

Do ponto de vista do próprio arranjo institucional europeu, cabe considerar que, se de um lado as formas atuais assumidas pela resistência à integração resultam, dialeticamente, do próprio processo de construção de uma Europa unida²⁶, por outro a própria UE não se apresenta

²⁴ Inversamente, questões mais gerais da ordem internacional consubstanciam o próprio conteúdo das resistências à integração. Conforme destacado no fim do capítulo anterior, o paradoxo entre a complexidade e a insuficiência da UE diante de seus objetivos estratégicos e dos desdobramentos a nível local das pressões do ambiente internacional constitui um dos principais fundamentos do euroceticismo.

²⁵ Historicamente vinculados à hegemonia liberal norte-americana, os países da Europa Ocidental se destacam pela aceitação e adesão crescentes a discursos conservadores eminentemente antiliberais, apontando de modo mais evidente para as contradições da crise do ciclo hegemônico capitaneado pelos EUA.

²⁶ Taggart (1998, p. 363), aponta a resistência à integração como corolário do processo: “com o acelerado processo de integração europeia nos anos recentes, tem surgido uma franca oposição à União Europeia em sistemas partidários de toda a Europa Ocidental”. Nesse mesmo sentido, Vasilopoulou (2009) indica que “o acelerado processo de integração europeu produziu níveis crescentes de oposição, os quais têm sido mais proeminentes desde o início dos anos 1990”. De acordo com a autora, “a oposição assumiu várias formas e em alguns momentos

como ator passivo diante das perspectivas fragmentação sustentada por posições eurocéticas radicais. O alerta da Comissão Europeia (2017, p. 26), no Livro Branco da UE, é o de que, diante desse cenário, “os países e os cidadãos europeus seriam expostos ao espectro de um passado de divisão e tornar-se-iam presas dos interesses de potências mais fortes”²⁷.

Para compreender o euroceticismo nos marcos do objetivo geral desta pesquisa, este capítulo procederá com uma discussão sobre o conceito e suas variações em nível mais geral, avançando em seguida para uma abordagem da democracia europeia e de sua evolução ao longo dos últimos anos, avaliando os elementos conformadores do ambiente no qual o euroceticismo tem se desenvolvido. Posteriormente, o capítulo destacará o perfil e as ações dos partidos e dos eleitores resistentes à integração europeia, destacando-se a importância da clivagem ideológica para os partidos políticos eurocéticos. Assim, será possível avançar para uma discussão específica dos partidos de direita radical e, subsequentemente, mapear seu desempenho eleitoral no nível europeu e nacional. De tal modo, a pesquisa poderá contribuir para o debate a respeito dos efeitos da crise de 2008 para o crescimento desses partidos na Europa.

3.1 O CONCEITO DE EUROCETICISMO

Tendo em vista o estágio atual da integração europeia, e particularmente de sua refundação sob a forma da UE a partir do Tratado de Maastricht (1992), a compreensão das resistências a partir do conceito de euroceticismo se consolida progressivamente enquanto instrumento de análise. Brack e Startin (2015, p. 239) apontam que o termo “pode ter sua origem identificada na metade dos anos 1980 no Reino Unido e, em sua forma mais simples, se refere a alguém que se opõe aos poderes da União Europeia”. Antes do Tratado de Maastricht, seu uso esteve confinado às margens, mas na medida em que a UE evoluiu e suas competências aumentaram, a importância do euroceticismo também cresceu, enraizando-se nos Estados europeus sobretudo a partir da crise da zona do euro. “Em resumo, contra o pano de fundo da

interrompeu ou atrasou tentativas de avançar na unidade política europeia”, o que torna premente a compreensão dos processos de oposição à integração para a própria compreensão da política europeia contemporânea (VASILOPOULOU, 2009, p. 3)

²⁷ Visando esses desafios, a Comissão reconhece a necessidade de se atentar para a distância entre as promessas e seu cumprimento no que se refere à integração, “em parte pelo fato de a UE não ter uma arquitetura fácil de entender, uma vez que se articula em dois níveis: o europeu e o dos Estados-Membros”, não sendo desse modo clara a divisão de responsabilidades e o papel da UE a nível local. Tendo em vista o objetivo de “restabelecer a confiança, criar consensos e gerar um sentimento de pertença”, torna-se premente uma resposta no sentido de elevar as responsabilidades e garantir o cumprimento efetivo e rápido dos compromissos estabelecidos. A Comissão aponta que esse tipo de resposta deve acompanhar a realidade atual do ciclo de informações, progressivamente abundantes e acessíveis, mas igualmente difíceis de apreender, acelerando dessa forma as mudanças no modo de funcionamento da democracia (COMISSÃO EUROPEIA, 2017, pp. 12-13).

crise econômica, o euroceticismo se tornou cada vez mais evidenciado, no sentido de que se tornou crescentemente legítimo e saliente (e de várias formas menos contestado) através da Europa como um todo” (BRACK; STARTIN, 2015, p. 240).

O primeiro esforço de formalização conceitual do euroceticismo pode ser atribuído ao trabalho de Taggart (1998, p. 366), segundo o qual o termo “expressa a ideia de oposição contingente ou qualificada, assim como a incorporação de oposição completa e desqualificada ao processo de integração europeu”. Segundo o autor, no contexto da integração europeia, o conceito engloba aqueles que se posicionam fora do *status quo*, sendo a ideia de ceticismo tomada como equivalente de oposição face à incerteza diante de uma realidade institucional - além de ser mais inclusiva, dado que “todos os oponentes da UE são, no mínimo, céticos, mas nem todos os céticos são oponentes” (TAGGART, 1998, p. 366).

Como desdobramento do esforço formalizador de Taggart (1998), o conceito de euroceticismo foi submetido a um amplo debate, que teve como principais contribuições os trabalhos do autor em conjunto com Szczerbiak (2008a; 2008b), de um lado, e de Kopecký e Mudde (2002), de outro. Em seu trabalho conjunto, Szczerbiak e Taggart (2008a) definem o conceito a partir de uma distinção entre euroceticismo *duro* e *brando*, sendo o primeiro determinado por uma oposição de princípio à UE e à integração europeia (podendo ser vista em partidos que advogam a saída de seus países da União, ou cujas políticas em relação à UE se opõem integralmente ao projeto de integração europeu), e o segundo sendo verificado quando não há esse tipo de oposição de princípio, mas em situações nas quais preocupações em uma ou mais áreas levam à expressão de uma oposição qualificada à integração, ou então em que um senso de interesse nacional conflite com a trajetória da UE.

Kopecký e Mudde (2002) avançam no debate ao criticar a distinção duro-brando proposta por Szczerbiak e Taggart (2008a): em primeiro lugar, os autores criticam a abrangência excessiva do conceito de euroceticismo brando e, além disso, argumentam que o suporte ou oposição à permanência dos países na União não seria suficiente para demarcar as diferentes críticas ao projeto de integração europeu. A partir do trabalho inicial de Taggart (1998), Kopecký e Mudde (2002) propuseram uma distinção em dois estágios: o primeiro, entre partidos que apoiavam ou se opunham ao princípio de cessão da soberania a entidades supranacionais (tomada como ideia subjacente inicial do processo), o segundo, entre partidos que apoiavam ou se opunham a extensões futuras da soberania da UE.

Em resposta a essas críticas, Szczerbiak e Taggart (2008b, p. 242) afirmam concordar com os argumentos de abrangência excessiva do euroceticismo brando e de insuficiência do suporte ou oposição à permanência no bloco enquanto parâmetro de distinção entre os tipos de

euroceticismo: “em vários sentidos, a crítica e conceituação alternativa de Kopecký e Mudde é muito bem pensada e avança de maneira significativa no debate sobre a definição do euroceticismo baseado em partidos”. Os autores reconhecem que as atitudes de partidos em relação à permanência na UE assumem um caráter mais conjuntural-oportunístico, em resposta a considerações domésticas táticas de curto prazo e estratégicas de médio prazo, como quando da realização de referendos - sugerindo que tais atitudes não são, de fato, bons indicadores para a construção do conceito entre suas variações dura e branda.

Contudo, Szczerbiak e Taggart (2008b) defendem que o esquema classificatório de Kopecký e Mudde (2002) deveria ser modificado para que focasse apenas nas oposições à integração europeia (sem abranger posições favoráveis ao projeto) e adotasse o uso consagrado de euroceticismo enquanto oposição de princípio ou contingente. Segundo os autores, em se considerando que a distinção baseada nos critérios de Kopecký e Mudde (2002) seja melhor aplicável, ela deveria ser reformulada da seguinte maneira:

O euroceticismo duro [...] deve ser definido como uma oposição de princípio ao projeto de integração europeu traduzido pela UE, em outras palavras, baseado na cessão ou transferência de poderes para uma instituição supranacional como a UE. O euroceticismo brando [...] deve ser definido como quando não há uma objeção de princípio ao projeto da integração europeia de transferência de poderes para uma entidade supranacional como a UE, mas que há oposição à trajetória planejada [...], baseada na expansão futura de competências que a UE planeja fazer (SZCZERBIAK; TAGGART, 2008b, pp. 247-248).

Tomado o conceito em questão como unidade básica de análise neste estudo, cabe atentar para a centralidade dos partidos políticos na resistência à integração europeia. Nesse sentido, os trabalhos de Taggart (1998) e de Szczerbiak e Taggart (2008b) fornecem os elementos para compreendê-la. Taggart (1998, p. 367) aponta, nesse sentido, que os partidos “refletem diferentes interesses e diferentes ideologias em diferentes períodos, de acordo tanto com processos internos quanto o contexto externo”, e que “tomar os partidos de modo sério significa ser sensível aos partidos como agentes de interesse, arenas de conflito e como parte de um sistema maior de conflito”. Em seu trabalho conjunto, Szczerbiak e Taggart (2008b), ressaltam o fato de os partidos serem atores-chave no processo de representação política, de desempenharem um papel crucial na seleção dos delegados europeus e nos referendos sobre questões europeias. Além disso, os autores apontam a indissociabilidade da relação entre os partidos e a determinação da forma e do conteúdo da política no nível doméstico, determinando também a forma como a Europa desempenha uma função política dentro de cada país. A esse respeito, indica-se também a necessidade de serem tomadas as posições dos partidos e os

sistemas nos quais eles se inserem como mediação entre a política doméstica e o apoio à integração europeia, o que reforça dessa forma uma dependência estreita entre a política internacional e processos relacionados a interesses domésticos.

3.2 INTEGRAÇÃO E DEMOCRACIA EUROPEIA

O fortalecimento do euroceticismo está diretamente ligado à evolução da integração europeia, não apenas como uma forma de resistência ao processo, mas também como produto do ambiente criado por um modelo pouco democrático, pelo menos até o Tratado de Maastricht. O arranjo intergovernamentalista-neofuncionalista catalisa elementos de resistência latentes, que emergem de modo mais evidente a partir da refundação da CEE sob a forma da UE nos anos 1990, acelerando-se progressivamente desde então. Nesse sentido, Medeiros e Campos (2009, pp. 49-50) apontam que, ao mesmo tempo em que se observa, no caso europeu, “um maior aprofundamento de suas relações políticas, provocando a necessidade de fortalecer as instituições no que concerne suas essências democráticas”, percebe-se também que “ainda persiste um forte caráter intergovernamental no bloco”.

De tal modo, compreender a contradição existente entre os modelos de integração e a necessidade de legitimação progressiva na medida em que o processo avança é fundamental para avaliar as condições sob as quais o euroceticismo se afirma enquanto discurso político e gera perspectivas reais a respeito do futuro do bloco. Conforme aponta Leconte (2015, p. 255), o euroceticismo pode ser considerado “uma reação ao ‘déficit democrático’ que afeta a UE e seus Estados-Membros”. Diante da inexistência de uma autoridade clara que pudesse ser identificada como responsável pelos resultados políticos, no contexto do modelo de integração adotado, a resistência surge também como demanda por um aprofundamento democrático. Nesse sentido, democracia e euroceticismo são elementos indissociáveis: a politização da UE (e conseqüente necessidade de legitimação democrática) cria as condições para o fortalecimento do euroceticismo, ao mesmo tempo em que é também sustentada pela garantia de oposições (forma sob a qual o euroceticismo se apresenta).

No escopo do déficit democrático, a autora afirma ainda que a não-politização, pelos principais partidos políticos europeus, da emergência gradual de uma clivagem entre eleitores a favor e contra a integração reforça a latência do discurso eurocético, que tende a afluir para partidos nos extremos do espectro político (sobretudo a partir dos anos 1990). Além disso, segundo Leconte (2015, p. 256), a integração contribui para o enfraquecimento dos sistemas de partidos domésticos, na medida em que a transferência de poder para o nível da UE cristaliza

“uma percepção generalizada de falta de poder e de irrelevância” desses partidos. Nesse contexto, o déficit democrático cria as condições para a aderência de discursos populistas, anti-elites e apolíticos.

Face às condições geradas pelo déficit democrático no sentido da criação de forças de resistência latentes, avanços mais recentes no sentido de uma maior politização e participação dos cidadãos europeus nos debates sobre os rumos do processo fazem irromper tais forças. É no sentido dessa irrupção que se pode compreender a maneira pela qual a integração cria sua própria antítese sob a forma do euroceticismo. A dialética do processo é assim ilustrada por Hobolt e De Vries (2016a, p. 416), ao afirmarem que o desenvolvimento de uma governança supranacional levou a uma maior contestação pública da UE ao mesmo tempo em que ela se torna cada vez mais dependente do apoio público para sua legitimidade: “dada sua profunda integração econômica e política, a União Europeia depende cada vez mais de uma legitimidade popular ampla, ainda que falte uma adesão duradoura a sua ordem constitucional que possa servir como amortecedor de falhas em políticas de curto prazo”.

Tais contestações se desdobram de modo evidente a partir dos resultados de referendos que tem afetado decisivamente o futuro do bloco, assim como pela própria composição do Parlamento Europeu, cujas atribuições foram ampliadas a partir do Tratado de Lisboa. É evidente que a abertura no sentido de uma maior democratização (também como resposta às resistências, mas sobretudo em razão do próprio aprofundamento da integração, que passa a atingir de modo mais profundo a vida dos eleitores europeus) não seja suficientemente definidora do fortalecimento eurocético - outros elementos convergem para tanto. O que se deve ter em vista, no entanto, é que a forma atual assumida pelo euroceticismo ocorre em um ambiente produzido pela contradição entre o modelo de integração e seu déficit democrático, e de tal modo dos processos relacionados à dinâmica dessa contradição.

De modo indireto, e destacando um dos possíveis elementos que convergem nesse processo, Hobolt e De Vries (2016a, p. 424) indicam que os resultados dos referendos refletem o desejo de “eleitores pouco informados e insatisfeitos”, tornando-se assim menos desejáveis como mecanismo de tomada de decisão do que se fossem indicadas escolhas feitas por “eleitores melhor informados com base em suas atitudes a respeito do assunto”. Trata-se de um argumento complexo, que condiz com o pressuposto de que a única integração correta é a integração comunitária - ideia que subjaz igualmente a utilização do próprio conceito de euroceticismo (LECONTE, 2015). No entanto, é útil depurar a perspectiva de rebote no aumento da democracia direta recente, tendo em vista os resultados incompatíveis com o projeto de integração das elites políticas europeias que dessa forma o conceberam.

Tendo em vista essa perspectiva, Russo e Cotta (2014, p. 103) apontam que,

Se a integração europeia foi no passado um “processo das elites” conduzido com o ‘consenso permissivo’ das massas”, não houve fortes sinais até 2007 de que o suporte para a continuidade do processo seria descontinuado pelas elites nacionais. Se houver, problemas podem surgir das massas mudando em direção a um “dissenso restritivo”. As coisas podem se tornar mais complicadas com relação às diferentes possíveis direções do processo de integração.

A ideia sustentada pelo autor de que, enquanto processo restrito às elites, a integração tenha apresentado uma orientação menos conflituosa (no sentido de haver um “consenso permissivo”) é amplamente debatida nos estudos sobre as causas do euroceticismo (CRESPY; VERSCHUEREN, 2009; HOBOLT; DE VRIES, 2016a). Tais estudos apontam o Tratado de Maastricht como ponto de inflexão em direção a um “dissenso restritivo”, com o aumento da democracia direta. Contudo, cabe ressaltar que esse aumento não anula o caráter intergovernamental persistente, como também sinalizam por Medeiros e Campos (2009). Nesse sentido, Crespy e Verschueren (2009, p. 378) afirmam que o consenso permissivo “deu origem a um euroceticismo de massa assim como baseado em partidos” e que “o aumento relacionado tanto das competências da UE em si quanto da politização de temas europeus desenha um cenário cheio de contrastes com relação aos períodos pré e pós-Maastricht”.

Contudo, cabe ressaltar que o fato de não haverem emergido de modo mais contundente antes dos anos 1990 não anula as forças latentes geradas pelo déficit democrático atrelado ao modelo intergovernamentalista, conforme anteriormente destacado. Conforme Bruneteau (2009b, p. 74), “a consciência de uma contradição identitária, levando a uma resistência teórica e política, não data da emergência do euroceticismo contemporâneo de Maastricht e de Amsterdã”. Na verdade, segundo o autor, essas resistências se apresentam desde o início da construção da europeia e se revelam já na assinatura dos tratados de Roma. Nesse primeiro momento, o autor identifica três posições críticas principais: uma crítica da supranacionalidade, uma crítica da tecnocracia e uma crítica da modernização pelo mercado²⁸. Bruneteau (2009a, p.

²⁸ Quanto à crítica da supranacionalidade, Bruneteau (2009b, p. 79) destaca que a dissociação do Estado e da nação aboliriam a política democrática, fazendo com que os avanços europeus se constituíssem como recuos das políticas nacionais. Quanto à crítica da tecnocracia, o autor destaca inicialmente a oposição tecnocrática à governança comunitária (que também é contraposta pelo discurso soberanista), privilegiando a competência, o consenso e o direito. Em contrapartida, uma visão politizada se contrapõe ao pensamento tecnocrático, pondo em questão a autodeterminação coletiva pelo sufrágio universal: “para muitos, portanto, a governança comunitária seria um ‘processo de despolitização contrário às exigências democráticas’”. O autor destaca, contudo, que “à incerteza política inerente ao processo democrático, sucederia um ‘fechamento do sistema político cujos efeitos indesejáveis seriam evitados’”. Por fim, a crítica à modernização pelo mercado constitui o terceiro eixo de resistência aos tratados de Roma, sendo feita a partir de uma imagem de política econômica concebida como corolário da soberania, levada a cabo por setores que se opunham ao liberalismo do mercado comum, considerado contraproducente tendo em vista estratégias de modernização econômica.

155) indica, nesse sentido, que ao longo de toda a construção europeia essa clivagem transversal esteve presente, e que “a retomada da integração nos anos 1980, Maastricht, o euro e o projeto de Tratado constitucional provocaram uma reprodução de falhas ao liberar a memória da clivagem fundamental dos anos 1950”.

A respeito do ponto de inflexão representado pelo Tratado de Maastricht, Brack e Startin (2015) o descrevem como um divisor de águas, levando a um crescimento e maior visibilidade do euroceticismo entre elites e cidadãos, subseqüentemente se tornando cada vez mais complexo e multifacetado. Nesse sentido, Vasilopoulou (2009) aprofunda o elemento inovador de Maastricht através dos fundamentos conceituais da integração cristalizados pelo tratado, e conseqüentemente do próprio euroceticismo que se consolida na esteira do processo. Esses fundamentos se orientam em torno de três dimensões básicas: princípio, prática e futuro. A conceituação da integração europeia a partir dessas dimensões derivaria, segundo a autora, do próprio Tratado da União Europeia: em primeiro lugar, do princípio de que a integração europeia se refere ao desejo de seus Estados-Membros pela cooperação a nível europeu²⁹; em segundo, da prática orientada pela balança institucional e da realidade legal incorporada pela legislação acumulada, incluindo o balanceamento entre órgãos intergovernamentais e supranacionais e as políticas gerenciadas a nível europeu³⁰ e; em terceiro lugar, o futuro da integração se assenta sobre o desejo de uma união ainda mais profunda, incluindo maior transferência de competências políticas para o nível europeu³¹. Desse triplo dimensionamento, derivam três tipos de euroceticismo identificados pela autora: o primeiro, constituído pelos partidos integralmente contra todos os aspectos da integração europeia; o segundo, considerando partidos que não se opõem em princípio à cooperação europeia, mas a suas práticas e seu futuro e; o terceiro, incluindo partidos que aceitam tanto os princípios quanto as práticas da cooperação no nível da UE, mas se opõem a integração futura.

3.3 PARTIDOS POLÍTICOS E ELEITORES EUROCÉTICOS

Tendo em vista o conceito de euroceticismo utilizado no escopo desta pesquisa, assim como as considerações prévias acerca da natureza das resistências à integração europeia com

²⁹ O tratado ressalta que os Estados-membros estão “RESOLVIDOS a assinalar uma nova fase no processo de integração europeia iniciado com a instituição das Comunidades Europeias” (UNIÃO EUROPEIA, 2016, p. 15)

³⁰ “A União dispõe de um quadro institucional que visa promover os seus valores, prosseguir os seus objetivos, servir os seus interesses, os dos seus cidadãos e os dos Estados-Membros, bem como assegurar a coerência, a eficácia e a continuidade das suas políticas e das suas ações” (UNIÃO EUROPEIA, 2016, p. 22)

³¹ “O presente Tratado assinala uma nova etapa no processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa” (UNIÃO EUROPEIA, 2016, p. 16)

relação aos condicionamentos do dissenso restritivo potencializado pelo Tratado de Maastrich, cabe apontar mais precisamente os atores dessas resistências. Para os objetivos desta pesquisa, interessa considerar a ação da UE e de seus Estados-Membros enquanto atores institucionalmente unificados, mas importa sobremaneira analisar, no interior dessas formações, os atores políticos que direcionam e legitimam o discurso eurocético - particularmente os partidos políticos e suas respectivas bases eleitorais.

A respeito desses atores em particular, Hernández e Kriesi (2016, p. 516) distinguem, no estudo da politização da integração europeia, “o potencial político eurocético no lado da demanda, e a oferta política eurocética no lado da oferta”. No lado da demanda, aponta-se para uma estruturação de atitudes individuais com relação à integração europeia, consideradas em termos de resistência à UE. No lado da oferta, os autores ressaltam que a politização da integração é encampada por “empreendedores políticos que estão prontos, aptos e dispostos a mobilizar potenciais latentes na estrutura para que o euroceticismo se torne política e eleitoralmente relevante”. Embasada nos fundamentos teóricos da microeconomia, essa proposta conceitual parte de uma perspectiva bastante pragmática com relação à postura dos partidos políticos, no sentido estratégico de que tais atores procuram ativar o potencial latente no lado da demanda - sem apontar objetivamente para as razões dessa estratégia.

Nesse sentido, estudos que tratam especificamente da oferta política eurocética destacam dois eixos principais de orientação: a estratégia e a ideologia. Conforme Taggart (1998, p. 379), “os partidos não se posicionam tendo em vista simplesmente a maximização de seu suporte eleitoral porque eles são constrangidos por considerações ideológicas”. Em seu trabalho conjunto, Szczerbiak e Taggart (2008b) apontam que as posições subjacentes de partidos eurocéticos são determinadas pelo perfil ideológico e valores do partido, por um lado, e pelo interesse percebido de seus apoiadores, por outro. Segundo os autores, a importância relativa desses fatores é determinada pela clareza de objetivos ideológicos e programáticos (*goal-seeking parties*), de um lado, e por um perfil clientelista e interessado, de outro (*office-seeking parties*). Além de determinar as posições subjacentes em si, tais fatores influenciam a capacidade de adaptação dos partidos a novas posições, que tende a ser maior nos casos em que predominam a estratégia e o pragmatismo. Apesar da relativa rigidez na posição de partidos com bases ideológicas e programáticas mais consistentes, Szczerbiak e Taggart (2008b) ressaltam que não é possível determinar a posição de um partido a respeito da integração europeia somente a partir de sua vinculação ideológica. Segundo os autores, isso se deve à

predominância de partidos *office-seeking*, o que secundariza a ideologia enquanto fator determinante na posição dos partidos³².

No nível do potencial político eurocético, Hobolt e De Vries (2016a, p. 415) declaram que, “na medida em que a União Europeia evoluiu de uma organização internacional primordialmente preocupada com a liberalização comercial para uma união política e econômica com amplas competências, a opinião pública se tornou mais importante” - nesse sentido, a ideia de opinião pública pode ser correlacionada com o lado da demanda política indicada por Hernández e Kriesi (2016). Ao longo desse processo, observa-se uma evolução no sentido da opinião pública, que inicialmente percebia a UE como questão de política externa (havendo, portanto, um conhecimento menor por parte dos eleitores a seu respeito) e passa gradualmente a se interessar e conhecer o processo na medida em que ele se aprofunda e se torna mais contestado (TOSTES, 2009; HOBOLT; DE VRIES, 2016a).

Estudos que tratam dos elementos consubstanciadores do potencial político eurocético apontam, em grande medida, para variáveis culturais e históricas focadas em questões nacionais, o que pode dificultar uma abordagem sistemática e comparativa entre os países europeus (CRESPY; VERSCHUEREN, 2009). Nesse sentido, Bruneteau (2009a, p. 150) oferece uma perspectiva geral de “fragilização das soberanias nacionais”, sintoma de uma desterritorialização do mundo (nos termos de Bertrand Badie) do qual a UE seria uma manifestação. De tal modo, o resgate do Estado-nação seria uma resposta, em primeiro lugar, à necessidade de pertencimento - tendo em vista um distanciamento crescente entre “comunidades de crenças, de atitudes, de valores compartilhados entre os indivíduos de um mesmo grupo socio-histórico” e as comunidades legais, onde se aplicam as políticas públicas - e que se apresenta, na UE, como desdobramento do déficit do espaço público europeu; em segundo lugar, “como alternativa a uma Europa que mostra seus limites protetores no contexto da mundialização” e; finalmente, da própria proeminência do Estado-nação no processo de integração europeu - que, segundo o autor, busca maximizar ao longo do processo os benefícios nacionais em detrimento de um cosmopolitismo pós-nacional apresentado como ideal³³ (BRUNETEAU, 2009a, p. 150).

³² A esse respeito, Leconte (2015) aponta para uma compatibilidade do euroceticismo com quaisquer posições ideológicas ao longo do espectro político. No escopo da oferta política eurocética, a autora aponta para uma correlação entre os conceitos de euroceticismo e populismo - igualmente transitável ao longo do espectro político - e destaca a centralidade do pragmatismo e da estratégia na definição de ambos os conceitos. Para além do paralelo conceitual, Leconte (2015, p. 259) afirma que a noção de populismo permite ligar os níveis doméstico e europeu da política de protesto, na medida em que, “crescentemente, o déficit democrático percebido no nível da UE e a insatisfação com a democracia no nível doméstico se reforçam”.

³³ A respeito das questões nacionais, Bruneteau (2009a; 2009b) ainda destaca que a análise da opinião pública e das elites políticas a respeito da integração europeia não deve ser restrita à questão da defesa da soberania nacional,

Particularmente no tocante ao segundo ponto levantado pelo autor, a intersecção entre o nacionalismo e o euroceticismo apontam para os condicionantes das resistências à UE, tendo em vista os desdobramentos no nível da economia política internacional. Nesse sentido, alguns estudos acerca dos elementos que fundamentam o potencial político eurocético (HOBOLT; DE VRIES, 2016a) indicam a importância de fatores socioeconômicos na opinião pública europeia. De tal forma, Hobolt e De Vries (2016a, p. 420) apontam para um “efeito moderador poderoso” de elementos socioeconômicos que afetam a maneira como a identidade e a ideologia conformam atitudes a respeito da integração europeia. Segundo as autoras, estudos recentes sugerem que “circunstâncias econômicas pessoais tem um efeito significativo sobre o comportamento eleitoral”, na medida em que os eleitores respondem a políticas que afetam seu bem-estar (HOBOLT; DE VRIES, 2016b, p. 505).

De tal modo, há de se considerar que clivagens do ponto de vista socioeconômico apontam para diferentes perfis eleitorais. Nesse sentido, a proposta de um novo eixo de conflito estrutural entre *ganhadores* e *perdedores* da globalização transversaliza o espectro político e se apresenta como elemento de análise fundamental para a compreensão do euroceticismo (IVALDI; ZASLOVE, 2015). Van Elsas (2017, p. 68) aponta, nesse sentido, que, ao integrar “um processo mais profundo de ‘transformação das fronteiras territoriais’”, a UE cria um potencial eleitoral de cidadãos cujo nível de instrução é predominantemente baixo e se sentem ameaçados em suas posições socio-econômicas e identitárias³⁴s. A partir desse eixo, os ganhadores da globalização tendem a perceber no processo de integração uma oportunidade, enquanto os perdedores tendem inversamente a aderir a modelos protecionistas, articulados em torno de um espaço nacional definido³⁵ (IVALDI; ZASLOVE, 2015).

A respeito dos fundamentos dessa tendência verificada entre os perdedores da globalização, Van Elsas (2017, p. 69) afirma que, “em sociedades baseadas no conhecimento e pós-industriais, as posições sociais estão cada vez mais ligadas ao capital humano na forma de níveis de instrução e habilidades ocupacionais”, o que se torna cada vez mais importante do ponto de vista competitivo, sobretudo tendo-se em vista a liberalização do mercado de trabalho

mas passa necessariamente por uma análise da cultura política nacional nos quais tanto a demanda quanto a oferta política eurocética se inserem, apontando de modo assertivo para uma “contradição identitária entre a cultura política nacional e a cultura política da Comunidade ou da União Europeia” (BRUNETEAU, 2009b, p. 73).

³⁴ É imperativo destacar que a integração europeia e a globalização são processos qualitativamente distintos. A relação entre um e outro, no entanto, é mediada pela própria inserção da UE em uma economia mundial globalizada. De tal modo, a ação do bloco é qualificada na medida em que os efeitos de sua inserção global (e, mais destacadamente, de seu gerenciamento) se fazem sentir no nível dos cidadãos europeus.

³⁵ Van Elsas (2017, p. 69) afirma ainda que, além do conflito entre ganhadores e perdedores do ponto de vista socioeconômico, a globalização incide fortemente sobre atitudes culturais: “cidadãos mais instruídos são mais liberais e tolerantes do ponto de vista cultural, o que no contexto de globalização se traduz em cosmopolitismo e apoio ao multiculturalismo, oposto ao nacionalismo e atitudes culturalmente cerradas”.

no escopo da UE. Portanto, segundo Van Elsas (2017, p. 69), “os cidadãos menos educados não apenas têm menos recursos ‘convertíveis’, como também carecem de ‘competências transnacionais’, o que os torna mais vulneráveis às forças de mercado, e menos aptos a se beneficiar da globalização”³⁶. Apesar de sua fundamentação centralizada sobre o mercado de trabalho, que atribui aos próprios trabalhadores a responsabilidade sobre os efeitos da globalização (processo que, de modo inverso, é sobredeterminado pelo nível da alta economia política internacional) cabe guardar os elementos que tratam dos efeitos políticos desdobrados da posição nesse eixo de conflito, extremamente úteis para a compreensão de tais efeitos a partir da crise econômica de 2008.

3.3.1 Clivagem ideológica

No nível da oferta política eurocética, considerações aprofundadas a respeito de variações ideológicas possibilitam uma maior concreção da análise. No entanto, é necessário considerar que a matriz ideológica de um partido não responde completamente por seu posicionamento, sendo imprescindível e prioritário avaliar os elementos estratégicos que levam à construção desse posicionamento (SZCZERBIAK; TAGGART, 2008b). Para efeitos analíticos, contudo, a clivagem ideológica se apresenta como instrumento melhor estruturado, na medida em que indica os motivos da semelhança e diferença entre partidos de diferentes lados do espectro político ou dentro de um mesmo campo ideológico. De tal modo, apesar das recomendações de Szczerbiak e Taggart (2008b), analiticamente esta pesquisa parte da ideologia para a estratégia, tendo em vista desvendar os condicionantes do avanço dos partidos de direita radical na Europa.

Conforme apontam Hernández e Kriesi (2016, p. 516), “para analisar a medida em que os partidos eurocéticos podem ativar a demanda latente e dessa forma contribuir para a politização da Europa, não podemos ignorar o fato de que a competição política doméstica tem sido tradicionalmente dominada pela divisão entre esquerda e direita”. A visão dominante a respeito da relação entre a clivagem ideológica e a integração europeia é de que partidos eurocéticos podem ser encontrados tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, mas sobretudo em seus extremos. Há de se considerar que a extremização do discurso eurocético também é relativa e, conforme destacado anteriormente, o euroceticismo tem avançado

³⁶ É importante destacar que, em se tratando de um processo dinâmico, a distância entre ganhadores e perdedores tende a se ampliar, dado que se torna elemento crucial para a prospecção da evolução política nas democracias ocidentais e da Europa especificamente.

aceleradamente da periferia para o *mainstream* da política europeia ao longo dos 25 anos que se sucedem à assinatura do Tratado de Maastricht.

Segundo Hernández e Kriesi (2016), essa verificação implica que o conflito sobre a integração na Europa transversaliza o espectro político, tendo potencial de politização por partidos eurocéticos tanto de esquerda quanto de direita. Nesse ponto, convém destacar que, ao se concentrar sobre essa clivagem, a pesquisa não apenas aponta para considerações a respeito do lado da oferta política, mas necessariamente se aprofunda nos condicionantes da demanda. Isso se deve ao fato de que, por questões estratégicas e ideológicas, o posicionamento dos partidos tende a se moldar segundo os interesses das camadas que se procuram alcançar entre os eleitores (TAGGART, 1998; SZCZERBIAK; TAGGART, 2008b). Como consequência, Hernández e Kriesi (2016) se referem a dois “gigantes adormecidos” enquanto figuras representativas do potencial político eurocético: um da esquerda e outro da direita do espectro político, e ambos dependendo da presença de partidos opositores à integração europeia em cada um dos dois campos ideológicos.

A respeito da heterogeneidade do antagonismo à UE entre os partidos políticos e seus eleitores, e tendo em vista a necessidade de elementos aproximativos em uma análise comparativa, Van Elsas (2017) aponta o próprio euroceticismo como elemento comum entre partidos de direita e de esquerda radical. Contudo, o mesmo elemento também aponta para as diferenças entre partidos de um campo ou outro, considerado o esquema classificatório proposto por Szczerbiak e Taggart (2008b), entre euroceticismo duro (de princípio) e brando (de futuro). Segundo Van Elsas (2017, p. 70),

[...] partidos de direita eurocéticos tendem a se opor tanto à forma presente da UE quanto a seu processo de fortalecimento futuro. Eles criticam as consequências concretas da UE, indo da migração crescente e da competição no mercado de trabalho a uma “Bruxelas” extremamente intrusiva que interfere em assuntos nacionais. Mas eles também se opõem aos objetivos do projeto europeu mais fundamentalmente, os quais são incompatíveis com suas preferências de manutenção da soberania no longo prazo. Muitos partidos de esquerda eurocéticos, em contraste, são principalmente críticos da “UE realmente existente”. Sua crítica foca na defesa dos interesses de seus constituintes, o que significa que eles não são necessariamente contra o projeto europeu em princípio, na medida em que ele foi desenhado para prover tais interesses. A maioria dos partidos eurocéticos de esquerda tem adotado um perfil eurocético brando ao longo do tempo, ou o que se refere como uma “oposição contingente à integração europeia conformada em termos fundamentalmente pró-integracionistas”. A ausência de uma oposição de princípio à integração europeia entre partidos eurocéticos de esquerda pode ser compreendida a partir do internacionalismo que tradicionalmente caracteriza a ideologia de esquerda. Nesse sentido, a esquerda eurocética é altamente distinta da direita eurocética nativista.

A despeito dos elementos comuns a respeito do euroceticismo destacados nas sessões anteriores, como sugere Van Elsas (2017), o tipo de oposição à integração europeia tende a apresentar variações sensíveis entre os partidos de esquerda e de direita. De tal modo, a divisão entre partidos pró-integracionistas do *mainstream* e partidos eurocéticos mais radicais não cria, de fato, uma base comum de sustentação entre os partidos e seus eleitores. Nesse sentido, o autor aponta para uma certa ambiguidade no que concerne aos partidos eurocéticos de esquerda, que tentam acomodar a crítica à forma atual da UE e as afinidades internacionalistas e solidárias que sustentam o núcleo do campo ideológico. Em contrapartida, os partidos eurocéticos de direita tendem a se afirmar de modo menos ambíguo a respeito da integração, visto que suas afinidades nativistas levam a uma rejeição da UE tanto em sua forma atual quanto em suas perspectivas de aprofundamento. De tal forma, segundo o autor, espera-se um desempenho mais proeminente dos partidos de direita radical em comparação com os de esquerda no que se refere à mobilização dos perdedores da globalização, no sentido destacado na sessão anterior.

Contudo, é necessário flexibilizar a tendência de favorecimento aos partidos de direita radical identificada por Van Elsas (2017), a despeito de que, do ponto de vista ideológico, a crítica à integração europeia se adequa de modo mais assertivo a esses partidos. Diferentes tipos de euroceticismo tendem a apelar a interesses distintos entre os eleitores, sobretudo do ponto de vista dos perfis socioeconômicos. Além disso, percebe-se uma forte heterogeneidade entre partidos do mesmo lado do espectro político, podendo-se verificar posições mais ou menos extremadas dos dois lados, apesar das tendências gerais de cada campo (IVALDI; ZASLOVE, 2015). Por fim, a tendência de uma maior proeminência dos partidos eurocéticos de direita mostra uma forte correlação com as assimetrias geográficas dentro do continente (variável *proxy* da posição político-econômica dos países europeus, indicando para uma maior centralidade dos países da Europa ocidental). Nesse sentido, segundo Brack e Startin (2015, p. 244), “enquanto partidos de direita radical têm obtido sucesso particularmente na Europa Ocidental, a situação é diferente na Europa do Sul, onde partidos de esquerda radical têm maior vantagem”.

Particularmente importante para a compreensão dessas variações, os efeitos da crise de 2008 e das medidas de austeridade subsequentes elevam a politização da integração europeia entre países credores e devedores dos fundos europeus. A direita tem se fortalecido de modo bastante evidente em países com elevado nível de contribuição ao orçamento da UE, enquanto em países receptores a esquerda se fortalece. Em larga medida, as razões para essa distribuição se alinham com o potencial político eurocético, na medida em que, “enquanto a base eurocética de esquerda parece ser uma resposta às dificuldades econômica e às políticas de austeridade

geradas pela crise, eleitores da direita eurocética parecem ser mobilizados menos por preocupações econômicas e mais por sua oposição às transferências fiscais da UE e às fronteiras abertas” (HOBOLT; DE VRIES, 2016b, p. 510).

A correlação entre essas posições e elementos socioeconômicos é fundamental tendo em vista os objetivos desta pesquisa, na medida em que não são exatamente claros os motivos que levam a tais tipos de resistência entre países da Europa Ocidental e do Sul da Europa. Além disso, tendo em vista o escopo deste estudo, deve-se atentar de modo mais aprofundado para determinantes desse tipo entre os países credores, onde a direita eurocética exibe um melhor desempenho eleitoral. Nesse caso específico, deve-se considerar que as transferências fiscais e a fronteiras abertas não se apartam das preocupações econômicas, diferentemente do apontado por Hobolt e De Vries (2016b), uma vez que a perspectiva de seus efeitos sobre o nível macroeconômico pode ser capitalizada politicamente no sentido do bem-estar dos cidadãos nesses países.

3.3.1.1 Partidos eurocéticos de direita radical

Considerado o escopo desta pesquisa, convém elaborar mais precisamente a natureza dos partidos eurocéticos de direita radical. Em termos conceituais, a proposta de Mudde é a mais consolidada para uma definição desses partidos. O autor toma como unidade básica de análise os *partidos de direita radical populista*, conceituando-os como “partidos políticos com uma ideologia central que é uma combinação de nativismo, autoritarismo e populismo” (MUDDE, 2007, p. 26). Para compreendê-los, é necessário decompor sua definição a partir de seus elementos conformadores. O nativismo, dessa forma, é um tipo de nacionalismo xenofóbico, comportando traços de racismo, etnocentrismo e sentimento anti-imigração, sob um discurso de ameaça de elementos não nativos (pessoas, ideias, políticas) que representariam uma ameaça à nação. A combinação do nativismo com o autoritarismo constituiria, então, a matriz ideológica dos partidos de direita radical, na medida em que também se atribui a eles uma oposição aos valores e princípios fundamentais da democracia liberal, como a tolerância, o pluralismo e a proteção dos direitos das minorias (MUDDE, 2007)³⁷.

³⁷ O nativismo e o autoritarismo representam os elementos basilares da ideologia vinculada aos partidos de direita radical e, simultaneamente, o traço fundante de sua oposição ao consenso hegemônico liberal norte-americano. Ademais, os termos *direita* e *radical* apontam, respectivamente, para a crença em uma ordem natural com desigualdades e a oposição aos valores fundamentais da democracia liberal (MUDDE, 2007). Cabe apontar, ainda, que a crença em uma ordem natural desigual (admitida pelo liberalismo econômico) não contrapõe o núcleo ideológico desses partidos a seu antiliberalismo como traço fundante: de tal modo, admite-se que os partidos em questão assumam posições autoritárias e nativistas, sem advogar internamente a superação das desigualdades.

O populismo, por sua vez, se revela como forma assumida por essa família de partidos, sendo também, segundo Mudde (2007, p. 31), “a forma temporária dominante da direita radical, como um reflexo do *Zeitgeist* populista contemporâneo”. Nesse sentido, o populismo é compreendido como estilo de comunicação política que confronta um povo puro e uma elite corrupta, e coloca a vontade da maioria sobre os direitos humanos e o equilíbrio dos poderes³⁸. O esquema conceitual de Mudde (2007) é ilustrado pela figura 4, que inclui ainda a distinção entre partidos de direita radical e partidos de extrema direita - dada pelo componente anti-democrático atribuído aos extremistas, mas não aos radicais (que conseguem se inserir nas regras do jogo democrático). No que concerne ao limiar anti-democrático entre os partidos de direita radical e de extrema-direita, a participação em processos eleitorais serve como indicador de tipificação, além de recurso metodológico quantitativo útil para uma análise de seu desempenho nos sistemas políticos europeus - o que dificulta a inclusão de partidos de extrema-direita no escopo deste estudo (GRABOW; HARTLEB, 2013).

Figura 4 - Escalada de abstração de ideologias nativistas

Table 1.2 *Ladder of abstraction of nativist ideologies*

Ideology	Key additional feature
Extreme right	Anti-democracy
Radical right	Authoritarianism
<i>Nativism</i>	Xenophobia
Nationalism	

Fonte: Mudde (2007, p. 24)

Historicamente, e consoante a evolução do euroceticismo antes do Tratado de Maastricht, mobilizações de direita radical podem ser observadas em diferentes fases do pós-II Guerra Mundial. Minkenberg (2013) estabelece fases distintas na evolução do fenômeno: o

³⁸Alternativamente, Minkenberg (2013, p. 11) propõe uma definição baseada na teoria da modernização. Segundo o autor, o “radicalismo de direita” pode ser definido como “um esforço de desfazer ou combater a modernização pela radicalização de critérios inclusivos e exclusivos de pertencimento”, refletindo a exacerbação de uma imagem de homogeneidade social, tomando a nação como grupo básico. Trata-se, de tal modo, de uma ideologia política calcada sobre “um ultra-nacionalismo populista e romântico hostil à democracia liberal e pluralista, com seus princípios subjacentes de individualismo e universalismo”.

imediatos pós-guerra e os anos 1960 e 1970, com movimentos de resgate de práticas, regimes e ideias fundamentalmente opostas à democracia liberal³⁹; e depois dos anos 1980, com uma renovação da direita radical e da política da xenofobia, no sentido de uma moderação da retórica anti-democrática e na disposição de atender às regras de funcionamento do jogo democrático. É justamente a partir da década de 1980, segundo Grabow e Hartleb (2013), que movimentos desse tipo ganham força - situação que pode ser relacionada, sem pretensões determinísticas, a transformações nas economias da Europa Ocidental que coincidem com a ascensão de partidos de direita radical⁴⁰ (como a desindustrialização, a crise do Estado de bem-estar social, novas tecnologias, barateamento da mão de obra e redução das barreiras ao comércio, fortalecendo os movimentos de realocação de capital e aumento da competição) (IVARSFLATEN; GUDBRANDSEN, 2012).

A evolução da crise do Estado de bem-estar social, a partir do fim do século XX, e progressivamente no início do século XXI, consubstancia em larga medida a ascensão dos partidos de direita radical, e serve como ponto de partida para uma análise correlativa do euroceticismo e da importância da crise de 2008 na aceleração desses processos. Segundo Mudde (2007, p. 133), os princípios socioeconômicos dos partidos de direita radical “procedem das crenças fundamentais de sua ideologia mais do que as determinam, podendo ser e sendo conseqüentemente instrumentalizadas para atacar competidores e atrair eleitores”. Na medida em que defendem que a economia deva estar a serviço da nação, esses partidos sustentam um programa econômico nativista baseado no nacionalismo econômico e no chauvinismo de bem-estar social. Nesse sentido, e diante da crise do Estado de bem-estar social a partir dos anos 1980, o chauvinismo de bem-estar social é chave para a compreensão da ascensão de partidos eurocéticos de direita radical. Sobretudo em se tomando sua forma populista, conforme sinaliza Mudde (2007), a estruturação ideológica em torno de duas dimensões exclusivas (uma vertical, contra as elites, e outra horizontal, contra elementos não-nacionais) aponta para uma responsabilização pela degeneração cultural e exploração do Estado de bem-estar social (GRABOW; HARTLEB, 2013).

³⁹ Até então, as formações políticas de direita radical remetem aos movimentos fascistas que hegemonizaram parte considerável da Europa do entreguerras ao fim da II Guerra Mundial. A derrota do Eixo, portanto, não pode ser confundida com uma eventual dissipação do projeto fascista no continente europeu. Enfraquecidos, certamente, pelo pacto de bem-estar social no pós-Guerra Fria (construído também como resposta preventiva à ameaça de comunização da Europa Ocidental, representada pela URSS), tais formações encontram a oportunidade de se reinserir no debate político com o início da crise do Estado de bem-estar social. Somado à crise da URSS e à reunificação alemã, tais movimentos, observados a partir da década de 1980, respondem pelo enfraquecimento da hegemonia social-democrata (sob os auspícios da qual, importa destacar, são lançadas as bases da integração).

⁴⁰ De acordo com Rydgren (2005), desde as crises do petróleo nos anos 1970, as economias da Europa Ocidental se tornaram mais instáveis e minadas por recessões econômicas e um alto nível de desemprego estrutural, favorecendo o fortalecimento dos partidos de direita radical.

Ao invés de ser compreendida como uma crítica ao Estado de bem-estar social, a posição dos partidos de direita radical deve ser entendida como uma defesa do direcionamento do bem-estar social para a população nativa - o que não ocorre atualmente na maior parte dos países da Europa ocidental, onde os direitos sociais são universalmente estendidos. De tal modo, o *chauvinismo de bem-estar social* é definido, conforme De Koster et al. (2013, p. 6), como “a combinação de um forte apoio à redistribuição econômica com a resistência para a distribuição de serviços de bem-estar social para imigrantes”⁴¹. Mais profundamente, os autores identificam, na variação populista dos partidos de direita radical, um *populismo de bem-estar social*, no sentido de um discurso crítico à instituição do Estado de bem-estar social em si, tendo em vista a sustentação de funcionários públicos às expensas da classe trabalhadora.

Tanto o chauvinismo quanto o populismo de bem-estar social apresentam-se como conceitos extremamente úteis para a compreensão da crítica à UE pelos partidos de direita radical. Tendo em vista sobretudo a conjuntura crítica desencadeada pela crise econômica de 2008, a crítica das portas abertas e das transferências fiscais dentro do bloco se inserem na lógica subjacente de restrição do bem-estar à população nativa, em detrimento tanto das elites europeias (sob a imagem de *Bruxelas*) quanto das populações dos países devedores (e também de países extra-europeus, cujas populações teriam sido favorecidos pelas políticas comuns de controle migratório). Trata-se, evidentemente, de uma racionalidade questionável no tocante à construção de um discurso coerente com os processos históricos. Contudo, a análise extravasa os limites da racionalidade na construção do discurso, dado seu fundamento estratégico e sobretudo tendo em vista a importância dos movimentos por ele desencadeados.

⁴¹ É necessário destacar o aparente paradoxo entre a demarcação conceitual de Mudde acerca dos partidos de direita radical (que encontram um de seus fundamentos na crença em uma ordem natural com desigualdades) e a definição de chauvinismo de bem-estar social proposta por Koster (ressaltando um forte apoio à redistribuição econômica). Sendo a demarcação conceitual de tais atores um componente nuclear da construção teórica subjacente ao esforço analítico desta pesquisa, torna-se premente flexibilizar a proposta conceitual de Koster (identificada, de tal modo, como parte do cinturão protetor de uma teoria dos partidos eurocéticos de direita radical). A admissão de que os partidos em questão assumam posições autoritárias e nativistas, sem advogar internamente a superação das desigualdades implica, dessa maneira, que o apoio à redistribuição econômica não seja considerado elemento comum aos partidos de direita radical. A resistência para a distribuição de serviços de bem-estar social para imigrantes, no entanto, não contradiz o núcleo duro da teoria – sendo, portanto, admitida como traço fundante do chauvinismo de bem-estar social e, simultaneamente, dos próprios partidos de direita radical.

4 DESEMPENHO DOS PARTIDOS DE DIREITA RADICAL A PARTIR DE 2008

Tendo em vista a construção histórica da integração europeia e as formas assumidas pela resistência ao processo, convém acessar de modo mais claro o desempenho dos partidos eurocéticos de direita radical e sua forma de organização no nível europeu e nacional. Conforme destacado no primeiro capítulo, o Parlamento Europeu é uma instituição cujos representantes são eleitos através de eleições diretas em todos os Estados-Membros da UE, sendo sua composição, de tal forma, importante indicador dos movimentos políticos em nível continental. Tradicionalmente, segundo Costa (2017), os partidos eurocéticos têm sido bem-sucedidos nas eleições do Parlamento Europeu. Nos últimos anos, no entanto, o que se observa é que tais partidos também estão tendo bons resultados em eleições nacionais e locais.

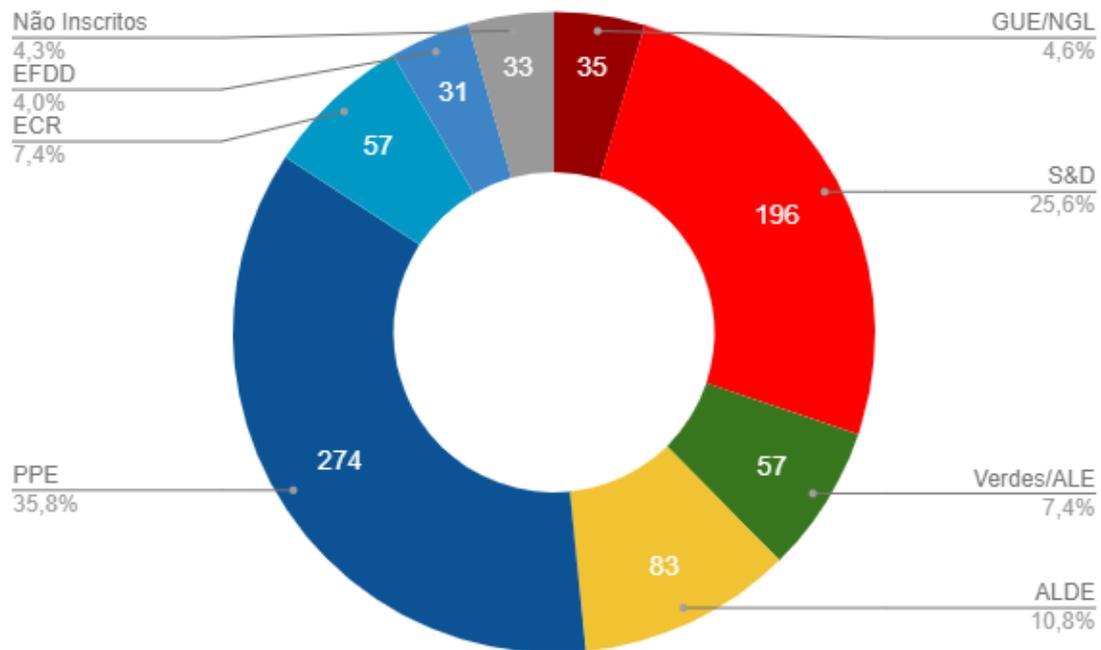
Conforme apontado no primeiro capítulo, o Parlamento Europeu se organiza em torno de grupos políticos que agrupam os deputados de acordo com suas filiações ideológicas. Atualmente, segundo Ondarza (2016), três grupos políticos à direita do espectro político se destacam enquanto defensores de um discurso eurocético, com variações entre euroceticismo brando e duro (SCZERBIAK; TAGGART, 2008b). São eles: o Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), o Grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta (EFDD) e o Grupo Europa das Nações e da Liberdade (ENF). Os dois primeiros grupos foram criados em 2009⁴², ano de eleições para o Parlamento Europeu, enquanto o terceiro foi criado em 2015, um ano depois das eleições de 2014.

A figura 5 mostra a composição do Parlamento Europeu nas eleições de 2009, enquanto a figura 6 mostra a composição nas últimas eleições realizadas. A composição atual do Parlamento Europeu pode ser verificada na figura 3, no primeiro capítulo (ao longo da legislatura atual, membros do parlamento migraram de um grupo político para outro e o novo grupo ENF foi criado, fazendo divergir os números atuais com relação aos resultados do pleito). Conforme apontam os dados dos três gráficos (figuras 3, 5 e 6), apesar não serem maioria (atualmente, os três grupos representam juntos cerca de 20% do total de deputados), seu desempenho no Parlamento Europeu é crescente, o que confirma a perspectiva de fortalecimento dos partidos eurocéticos de direita radical a nível continental⁴³.

⁴² À época das sétimas eleições, o Grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta era nomeado “Grupo Europa da Liberdade e da Democracia”, tendo sido renomeado para a forma atual em 2014.

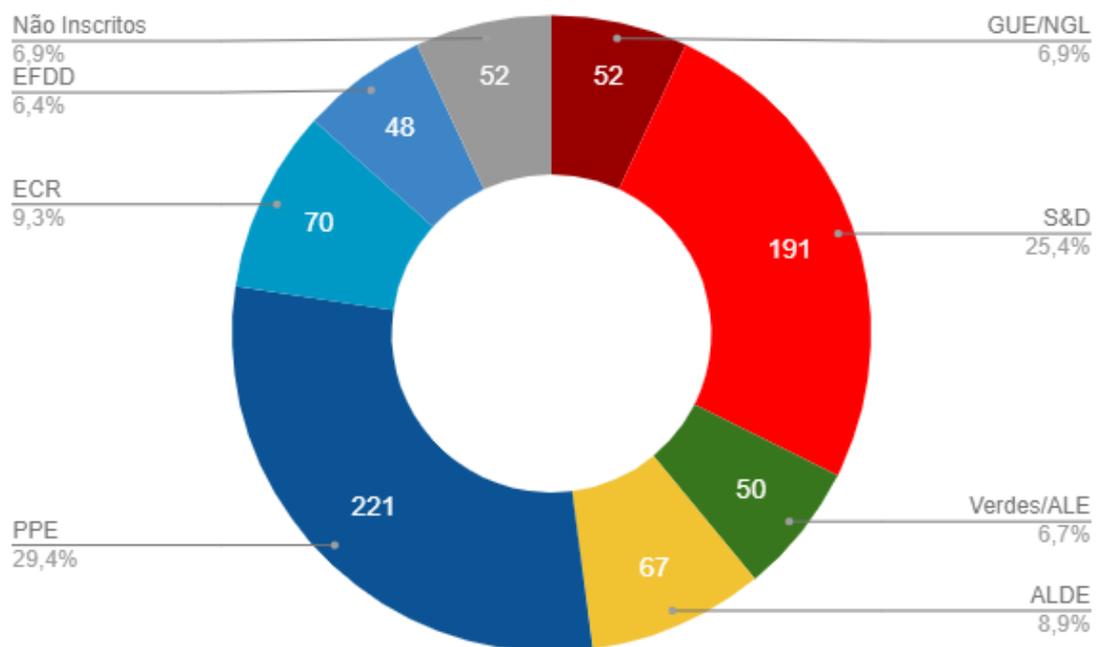
⁴³ É imperativo destacar a eventualidade de uma distorção entre o número de cadeiras ocupadas por cada grupo político e a atribuição dos votos pelos eleitores (que representa, de fato, o indicador do desempenho dos partidos de direita radical). O mesmo ocorre em eleições nacionais, sobretudo nos sistemas eleitorais que admitem uma configuração distrital. De tal modo, é conveniente manter em vista ambos os elementos, no sentido de acessar o real desempenho desses partidos diante da diversidade de sistemas eleitorais verificados na Europa.

Figura 5 - Resultado das eleições do Parlamento Europeu em 2009



Fonte: Parlamento Europeu, 2017. Elaboração do autor.

Figura 6 - Resultado das eleições do Parlamento Europeu em 2014



Fonte: Parlamento Europeu, 2017. Elaboração do autor.

Nesse sentido, convém analisar brevemente as propostas desses três grupos para a UE, assim como as bases políticas nacionais que os conformam, de modo a confirmar as tendências

eurocéticas a eles atribuídas. O ECR (2017) afirma que a UE foi além do que deveria, tornando-se “muito centralizada, muito ambiciosa e muito fora de contato com os cidadãos comuns”, e que o mote de uma união sempre mais próxima “não é mais uma expressão do desejo dos cidadãos europeus para trabalhar juntos; ele se tornou um dogma para justificar a criação de um estado centralizado com cada vez menos direitos para seus estados membros e deve de tal forma ser rejeitado”. O grupo comporta partidos de 18 países-membros, destacando-se, entre os partidos de direita radical, o Dansk Folkeparti, da Dinamarca, e o Perussuomalaiset, da Finlândia (MCDONNEL; WERNER, 2017).

No caso do EFDD (2017), sua carta define que o grupo “rejeita a burocratização da Europa e a criação de um superestado Europeu único e centralizado”, opondo-se “ao aprofundamento da integração europeia (tratados e políticas), o que exacerbaria o presente déficit democrático e a estrutura política centralista da UE”. Contam-se entre seus membros o Svobodní (República Tcheca), o movimento Les Patriotes (França), o Alternative für Deutschland (Alemanha), o Movimento 5 Stelle (Itália), o Tvarka ir Teisingumas (Lituânia), o Sverigedemokraterna (Suécia) e o UK Independence Party (Reino Unido). Para o Grupo Europa das Nações e da Liberdade (2017), por sua vez, “a oposição a qualquer transferência de soberania nacional para entidades supranacionais e/ou instituições europeias é um dos princípios fundamentais unindo os membros da ENF”. Compõem o grupo Freiheitliche Partei Österreichs (Áustria), o Vlaams Belang (Bélgica), o Front National (França), o Alternative für Deutschland (Alemanha), a Lega Nord (Itália) e o Partij voor de Vrijheid (Países Baixos).

Tendo em vista os objetivos deste estudo para uma análise específica dos processos desencadeados na Europa Ocidental⁴⁴, convém identificar, entre os países da região que integram a UE - Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Países Baixos e Luxemburgo - aqueles que possuem partidos de direita radical vinculados a um dos três grupos políticos do Parlamento Europeu. De tal forma, a Alemanha (através do AfD), a Áustria (através do FPÖ), a Bélgica (através do VB), a França (através do FN) e os Países Baixos (através do PVV) estabelecem-se como bases de amostra para uma análise do desempenho dos partidos eurocéticos de direita radical a nível nacional⁴⁵.

⁴⁴ Segundo a classificação de regiões geográficas adotada pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU

⁴⁵ Luxemburgo não se inclui entre os Estados-Membros da Europa Ocidental analisados em razão de não possuir nenhum partido político vinculado ao ECR, ao EFDD ou ao ENF. O movimento Les Patriotes (destacamento do FN) não será considerado por ter sido formado após as eleições de 2017 da França, não constando, portanto, nos dados sobre os resultados do pleito. Na Bélgica, o Nieuw-Vlaamse Alliantie (N-VA) apresenta um desempenho eleitoral expressivo e se filia, no nível europeu, ao grupo ECR. No entanto, trata-se de um partido de centro-direita, não sendo, portanto, enquadrado como objeto de pesquisa a ser analisado neste trabalho.

Na Alemanha, nas eleições de 2017 para o *Bundestag*, o AfD obteve 12,6% dos votos (quase seis milhões de eleitores), sendo o terceiro partido mais votado depois do Christlich Demokratische Union Deutschlands (CDU), de Angela Merkel, com 26,8% dos votos, e do Sozialdemokratische Partei Deutschlands (SPD), com 20,5% dos votos. Nas eleições de 2013, ano em que foi criado, o AfD obteve cerca de dois milhões de votos (4,7%), ficando em sétimo lugar no pleito. Na Áustria, em 2016, o FPÖ chegou ao segundo turno das eleições presidenciais, terminando em segundo lugar com 46,2% dos votos (Alexander Van der Bellen, membro dos Verdes, venceu com 53,8%), e foi o terceiro partido mais votado nas eleições legislativas de 2017, com 26% dos votos (atrás do Österreichische Volkspartei, com 31,5%, e do Sozialdemokratische Partei Österreichs, com 26,9% dos votos). O partido manteve a posição de segundo lugar nas eleições presidenciais de 2010 (15,24% dos votos) e de terceiro lugar nas eleições legislativas de 2013 (20,51%) e de 2008 (17,54%). Na Bélgica, o VB obteve 3,67% dos votos nas eleições de 2014 (décimo partido mais votado), mantendo o recuo progressivo com relação aos 7,76% nas eleições de 2010 (sétimo partido mais votado) e os 11,99% em 2007 (terceiro mais votado).

Na França, o FN chegou ao segundo turno das eleições presidenciais em 2017, terminando em segundo lugar com 33,9% dos votos (Emmanuel Macron, do En Marche !, venceu com 66,1%), e obteve oito assentos nas eleições legislativas do mesmo ano (de um total de 577). Nas eleições presidenciais de 2012, o partido terminou em terceiro lugar no primeiro turno, com 17,9% dos votos para Marine Le Pen (François Hollande e Nicolas Sarkozy avançam para o segundo turno com, respectivamente, 28,63% e 27,18% no primeiro). Nas eleições legislativas desse ano, o FN obteve apenas dois assentos. Em 2007, o partido ficou em quarto lugar no primeiro turno das eleições presidenciais (10,44%) e não conquistou nenhum assento nas eleições legislativas. Em 2002, o FN também havia chegado ao segundo turno das eleições presidenciais, terminando em segundo lugar com 17,8% dos votos (nesse ano, Jacques Chirac é eleito com 82,2% dos votos). Nos Países Baixos, nas eleições de 2017, o PVV termina em segundo lugar, com 13,1% dos votos - em primeiro, o Volkspartij voor Vrijheid en Democratie (VVD), de Mark Rutte, com 21,3% dos votos. Em 2012, o PVV havia chegado ao terceiro lugar das eleições, com 10,1% dos votos - atrás do VVD (26,6%) e do Partij van de Arbeid (PvdA, com 24,8%). As posições se mantêm em 2010, quando o VVD conquista 20,5% dos votos, o PvdA 19,6% e o PVV 15,4%⁴⁶.

⁴⁶ Nos cinco casos analisados, a consideração dos resultados eleitorais em primeiro e segundo turno se propõe à demonstração do desempenho dos partidos em questão. No entanto, importa destacar que se tratam de momentos distintos, e sobretudo que é no primeiro turno em que as preferências são manifestadas de modo mais assertivo.

De modo geral, o que se observa nos países da Europa Ocidental em que se verificam partidos de direita radical organizando, do lado da oferta política (HERNÁNDEZ; KRIESI, 2016), um discurso de cunho eurocético, é que se confirma a perspectiva de uma melhora no desempenho - e, como desdobramento, da aceitação (BRACK; STARTIN, 2015) - dessa família de partidos nas eleições nacionais. O que se observa, ao longo da última década, é que, com a exceção do VB na Bélgica, todos os partidos eurocéticos de direita radical em questão apresentaram uma melhora progressiva nos seus resultados em eleições nacionais. O caso belga deve ser melhor analisado em estudos posteriores, mas é possível estabelecer a hipótese de que seu desempenho fraco não se contraponha de todo modo à perspectiva de ascensão dessa família de partidos na Europa Ocidental. Sobretudo, deve-se considerar que se trata de um partido de caráter regional, com suas bases diretamente vinculadas à região de Flandres, não sendo de tal modo razoável esperar que o partido reflita os movimentos políticos e socioeconômicos da Bélgica como um todo.

4.1 EFEITOS DA CRISE DE 2008

Uma vez acessados os resultados eleitorais dos partidos eurocéticos de direita radical a nível europeu e nacional, cabe analisar mais especificamente os desdobramentos da crise econômica de 2008 para o desempenho dessa família de partidos, no sentido do objetivo geral deste estudo. De tal modo, o ponto de partida para a análise é a crise financeira irrompida em setembro de 2008 nos EUA, que exacerbou a interconexão dos mercados financeiros, levando a uma crise sistêmica no continente sobretudo a partir da vulnerabilidade dos países europeus que se encontravam em situação de maior déficit público. (HOBOLT; DE VRIES, 2016b; SCHARPF, 2013).

Três impactos principais podem ser destacados como decorrência da crise de 2008 na Europa, segundo Scharpf (2013): primeiramente, o impacto direto em países cujos bancos haviam investido pesadamente em títulos comprometidos, elevando os déficits orçamentários de países que necessitaram salvar grandes bancos públicos e privados; em segundo lugar, uma dramática redução na disponibilidade de crédito (diante do alto risco dos ativos financeiros e de uma redução nos empréstimos interbancários), levando a uma redução na atividade econômica, aumento no desemprego, além de uma queda nas receitas governamentais, acompanhada de um aumento dos gastos com o desemprego e a proteção dos empregos existentes; e, em terceiro lugar, pelas preocupações de agências de classificação de risco e de investidores com a sustentabilidade da dívida do setor público (especialmente em países cujos

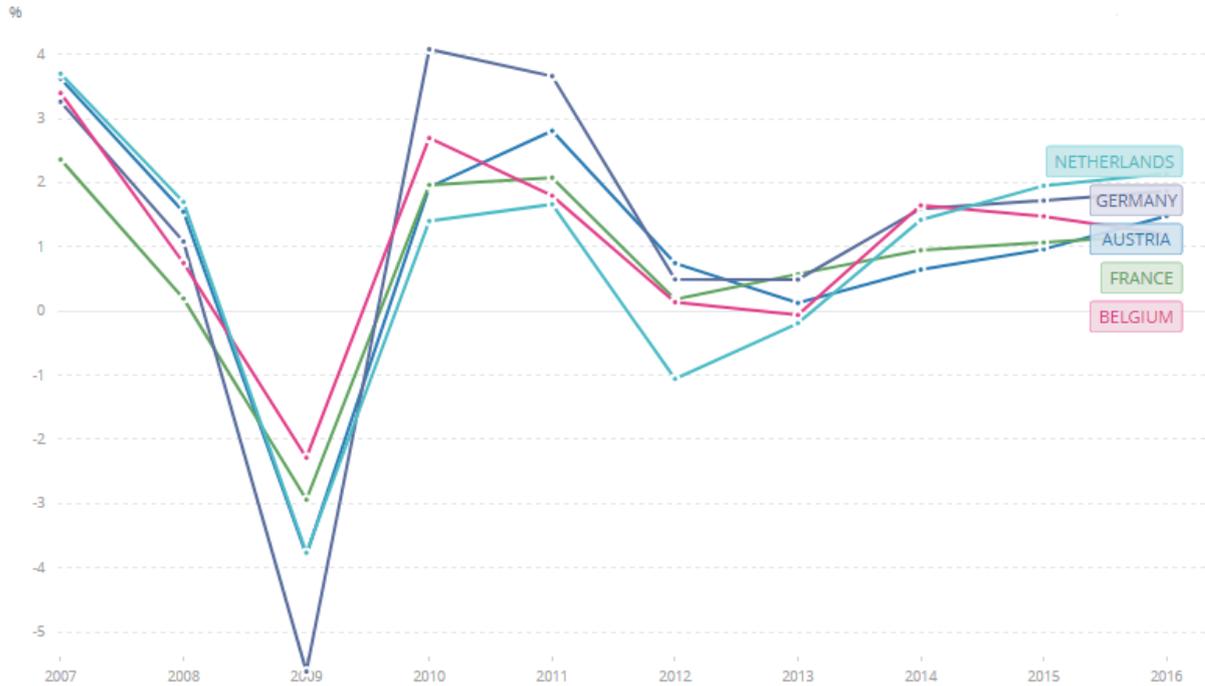
déficits em conta corrente apontavam para uma situação de fragilidade econômica e de comprometimento da capacidade dos governos em honrar suas dívidas), levando a uma depreciação dos títulos desses países e a uma maior rigidez no refinanciamento da dívida.

Os efeitos globais da crise no sentido de uma redução da atividade econômica e aumento no desemprego tendem a reforçar o discurso eurocético dos partidos de direita radical, especialmente em se considerando os efeitos assimétricos indicados pela proposta de conflito estrutural entre perdedores e ganhadores da globalização (IVALDI; ZASLOVE, 2015; VAN ELSAS, 2017). A figura 7 mostra o crescimento anual do PIB da Alemanha, Áustria, Bélgica, França e Países Baixos entre 2007 e 2016. Conforme apontam os dados, os efeitos da crise apontam para uma convergência nos movimentos de retração e expansão, a despeito dos diferentes níveis de variação verificados (caindo, entre 2008 e 2009, além dos 5% na Alemanha, cerca de 4% na Áustria e Países Baixos, aproximadamente 3% na França e pouco mais de 2% na Bélgica). Verifica-se igualmente um movimento generalizado de recuperação entre 2009 e 2010, seguido por um período de instabilidade na geração de renda até meados de 2013. Tais resultados corroboram a proposta de Scharpf (2013) a respeito da tendência de queda na atividade econômica seguida pela crise. Contudo, é necessário correlacionar seus efeitos com dados acerca do nível de desemprego, a fim de que se possa identificar os fundamentos socioeconômicos do voto nos partidos de direita radical.

A figura 8 mostra a evolução da taxa de desemprego nos cinco países entre 2007 e 2014, verificando-se um aumento generalizado das taxas de desemprego entre 2008 e 2009, seguido por uma tendência de queda contínua na Alemanha, de crescimento nos Países Baixos e na França e de oscilações seguidas por crescimento contínuo na Áustria e na Bélgica. À exceção do caso alemão, verifica-se uma tendência geral de aumento do desemprego nos países em que os partidos de direita radical têm obtido melhores resultados eleitorais. França, Países Baixos, Áustria e Bélgica apresentam, em 2014, taxas de desemprego maiores relativamente aos níveis de 2007, e todos mostram uma tendência de crescimento contínuo desde 2011. Ainda assim, os dados não permitem acessar de modo claro os efeitos da recessão entre trabalhadores de diferentes níveis de educação (variável *proxy* dos conceitos de perdedores e ganhadores da globalização). Com esse intuito, as figuras 9, 10 e 11 mostram a evolução das taxas de desemprego entre 2007 e 2014 para a força de trabalho com educação básica (ensino primário e séries iniciais do secundário), intermediária (séries finais do secundário e pós-secundário não-terciário) e avançada (educação terciária, bacharel, mestrado e doutorado)⁴⁷.

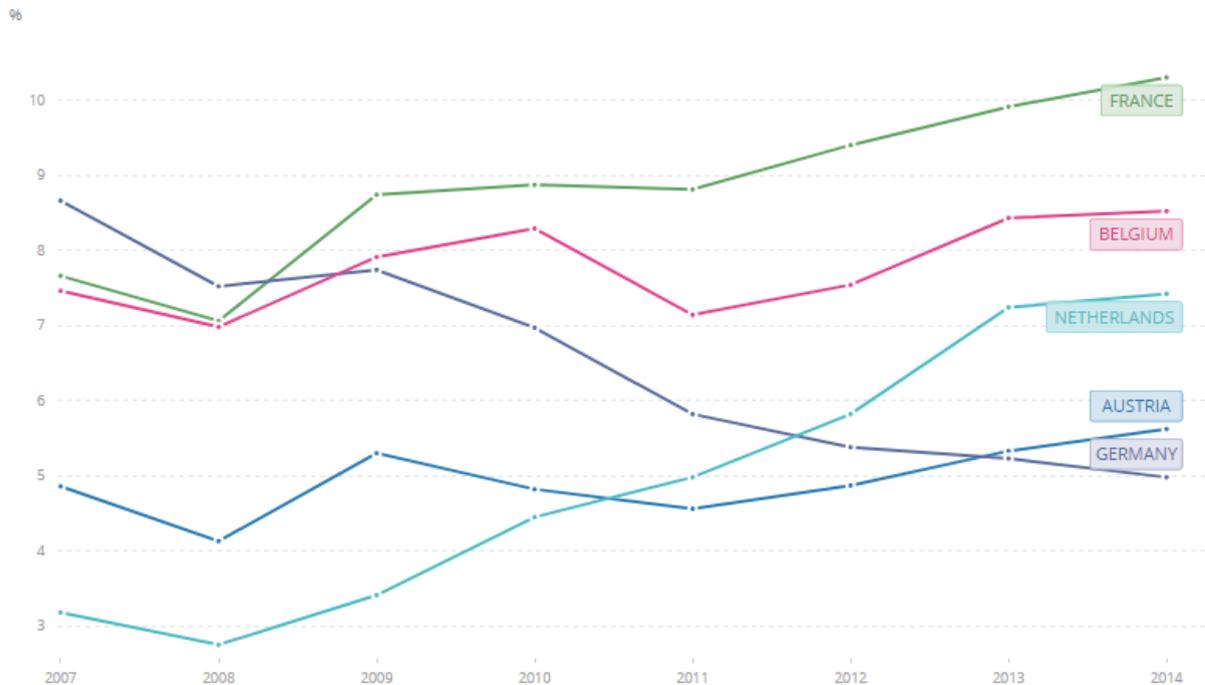
⁴⁷ Padrão Internacional de Classificação da Educação da UNESCO (2011).

Figura 7 - Crescimento anual do PIB (%)



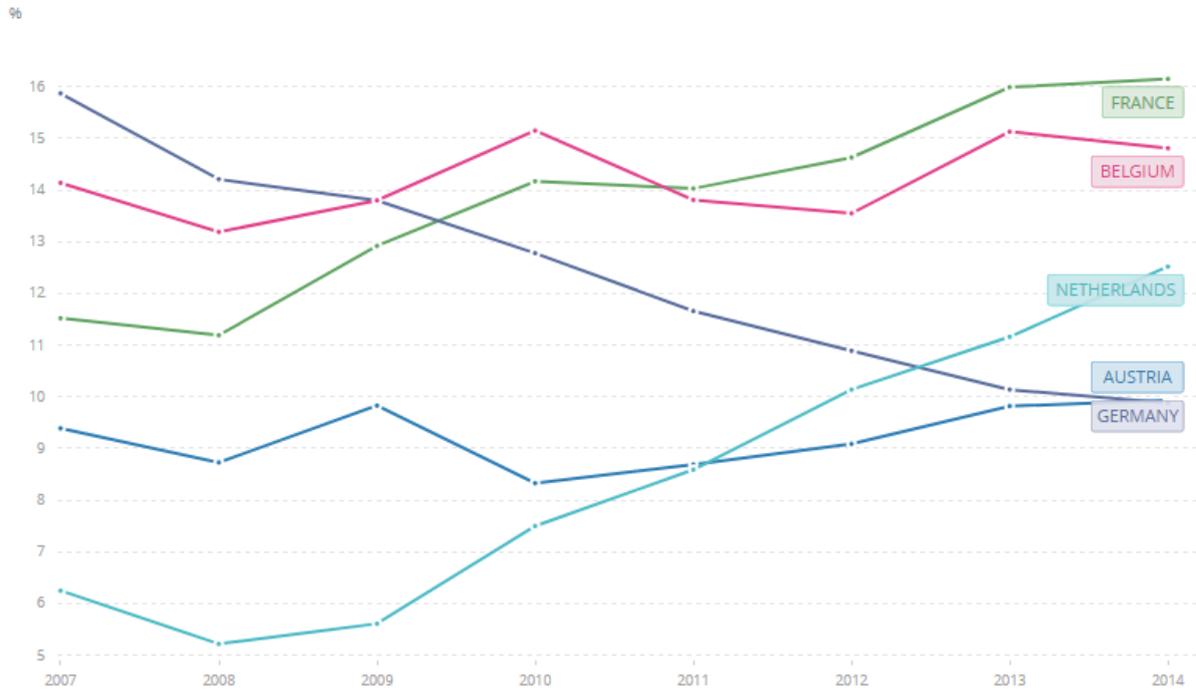
Fonte: Banco Mundial, 2017

Figura 8 - Taxa de desemprego (estimativas nacionais)



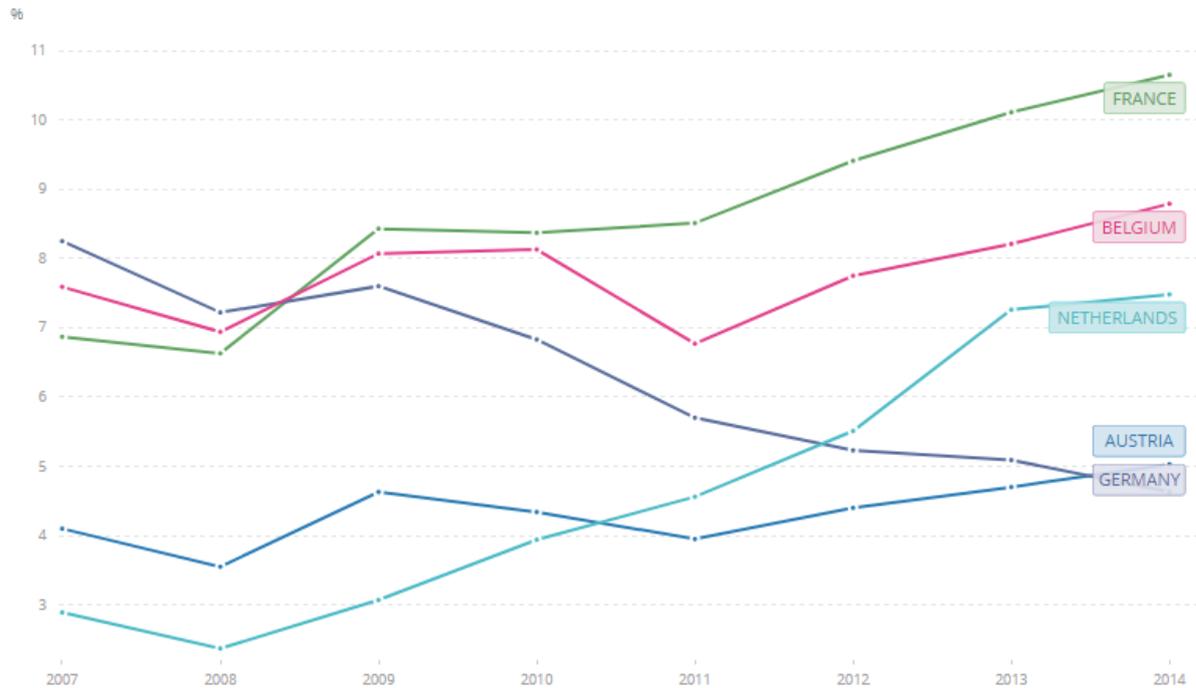
Fonte: Banco Mundial, 2017

Figura 9 - Taxa de desemprego entre a força de trabalho com educação básica



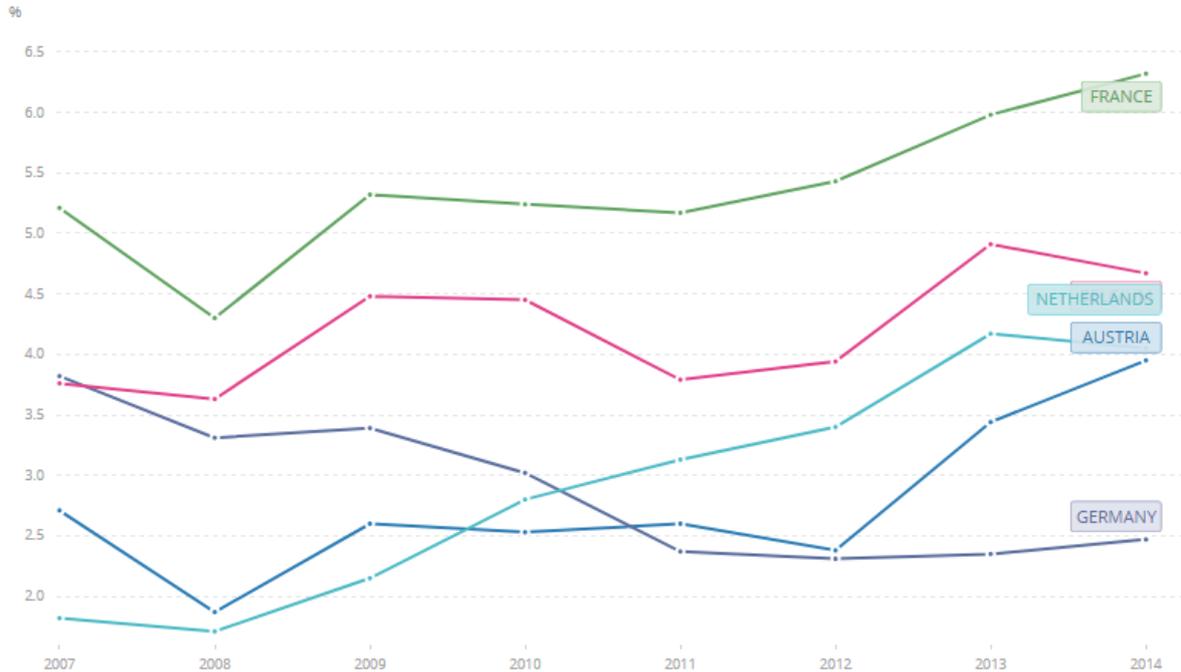
Fonte: Banco Mundial, 2017

Figura 10 - Taxa de desemprego entre a força de trabalho com educação intermediária



Fonte: Banco Mundial, 2017

Figura 11 - Taxa de desemprego entre a força de trabalho com educação superior



Fonte: Banco Mundial, 2017

Apesar da relativa convergência entre os indicadores de desemprego para a força de trabalho com educação intermediária, verifica-se uma larga assimetria e divergência entre o nível geral de desemprego e os níveis observados entre trabalhadores com educação básica e avançada. Entre o primeiro grupo, observa-se uma tendência geral de crescimento nas taxas de desemprego em todos os países, à exceção da Alemanha (consoante o nível geral de desemprego evidenciado pela figura 8). No entanto, mesmo no caso alemão, o desemprego entre trabalhadores com menor nível de instrução aproxima-se dos 10% em 2014 (valor mais baixo da série), valor cerca de quatro vezes maior que o verificado entre os trabalhadores de instrução avançada no mesmo ano. Nos demais países, além da tendência de aumento dos níveis de desemprego, os números seguem a mesma lógica, sendo invariavelmente maior o nível de desemprego entre trabalhadores contando apenas com educação básica.

Esses dados corroboram a expectativa de efeitos socioeconômicos assimétricos da crise segundo o conflito entre perdedores e ganhadores da globalização. Contudo, é necessário considerar que, ao longo de toda a série, entre os países verificados, o nível de desemprego aparece como variável dependente do nível de instrução. De tal modo, não é surpreendente que, ao menos nos termos da porcentagem para cada ano, o desemprego entre trabalhadores com menor nível de instrução tenha sido maior depois da crise do que aquele verificado entre a força de trabalho com educação avançada. Apesar disso, o aumento do número de desempregados

entre trabalhadores menos aptos a se beneficiar da globalização, e conseqüentemente mais vulneráveis às forças de mercado, potencializa a adesão a discursos protecionistas, articulados em torno de um espaço nacional definido (IVALDI; ZASLOVE, 2015; VAN ELSAS, 2017). Nesse sentido, segundo Hobolt e De Vries (2016b, p. 505), “a crise pode ter influenciado os cidadãos de diversas maneiras, mas sobretudo foi a perda do emprego nas famílias e/ou uma significativa redução nas receitas familiares” que impactou suas realidades socioeconômicas. De tal modo, segundo as autoras, a tendência é que esses cidadãos punam, através do voto, os responsáveis por essa deterioração, o que se desdobra na rejeição aos partidos tradicionais e à UE como um todo, e na adesão a discursos radicais e eurocéticos.

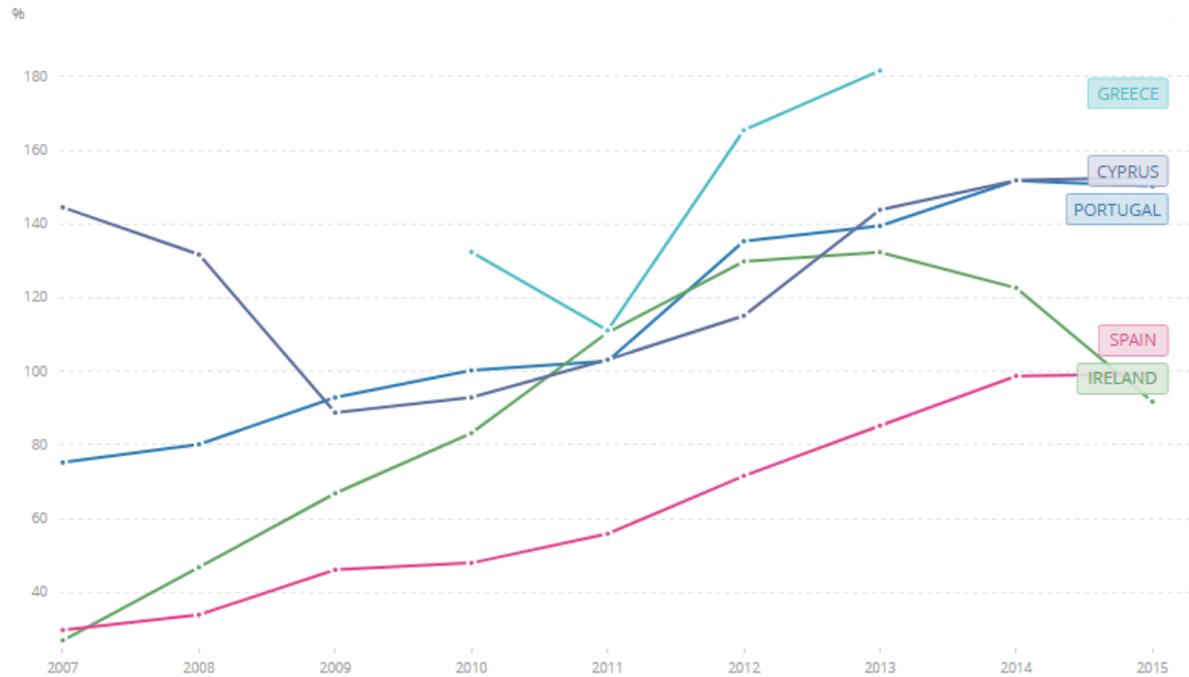
4.1.1 Efeitos das transferências fiscais

Na esteira da crise de 2008, um outro efeito se desdobra a partir da perspectiva de insolvência dos países europeus mais endividados. Tal perspectiva pressionou pela criação de um Fundo Europeu de Estabilização Financeira, e posteriormente de um Mecanismo Europeu de Estabilização, garantindo a obtenção de crédito em melhores condições para Irlanda (€ 17,7 bilhões de 2010 a 2013), Portugal (€ 26 bilhões de 2011 a 2014), Grécia (€ 141,8 bilhões de 2012 a 2015 e € 40,2 bilhões de 2015 a 2018), Espanha (€ 41,3 bilhões de 2012 a 2013) e Chipre (€ 6,3 bilhões de 2013 a 2016) (MECANISMO EUROPEU DE ESTABILIZAÇÃO, 2017). Como contrapartida, tais mecanismos requerem cortes generalizados do gasto público e aumentos de impostos para redução dos déficits orçamentários⁴⁸ - medidas que, dada a situação recessiva, tendem a potencializar o aumento do desemprego e a reduzir ainda mais as receitas públicas, prolongando a situação crítica de endividamento desses países (SCHARPF, 2013). A figura 12 apresenta os dados acerca da dívida pública desses países, no intervalo de 2007 (ano imediatamente anterior à crise) a 2015⁴⁹.

⁴⁸ As medidas de austeridade são definidas pela Comissão Europeia e supervisionadas por uma *troika* de agentes do Fundo Monetário Internacional, do BCE e da própria Comissão Europeia.

⁴⁹ Nesta série, não constam os dados acerca da relação dívida pública/PIB para a Grécia no período anterior a 2010 e posterior a 2013. Dados complementares do FMI (2017) apontam que a relação dívida pública bruta/PIB do país era de 107,42% em 2007, 112,97% em 2008, 129,31% em 2009 e 144,89% em 2010. Também não há dados do FMI para o período posterior a 2013.

Figura 12 - Porcentagem da dívida pública com relação ao PIB



Fonte: Banco Mundial, 2017

Conforme aponta Leconte (2015, pp. 256-257), o contexto de crise financeira “levou, nos países devedores, a um desempoderamento dos parlamentos nacionais, ao empoderamento de governos tecnocráticos não-eleitos apoiados pela UE (na Grécia e na Itália), e a uma percepção de ausência de alternativas às políticas de austeridade atuais”. Em contrapartida, nos países credores, os movimentos de ascensão da direita radical eurocética se combinam com um “populismo dos ricos” ou “chauvinismo da dívida” dos quais eles se fazem porta-vozes: “muito rapidamente, no auge da tempestade financeira de 2008, partidos como o PS na Finlândia, o PVV nos Países Baixos, o FN na França e o FPÖ na Áustria denunciaram o ‘preço à pagar’ para salvar o euro e recusaram os planos de ajuda da União Europeia” (IVALDI, 2014, p. 20). Tais críticas podem ser compreendidas nos termos dos limites da solidariedade coletiva (LECONTE, 2015), ao passo em que, diante da crise, os países europeus deveriam apresentar uma resposta única e solidária - o que é contraposto por partidos de direita radical tanto no nível europeu quanto nacional.

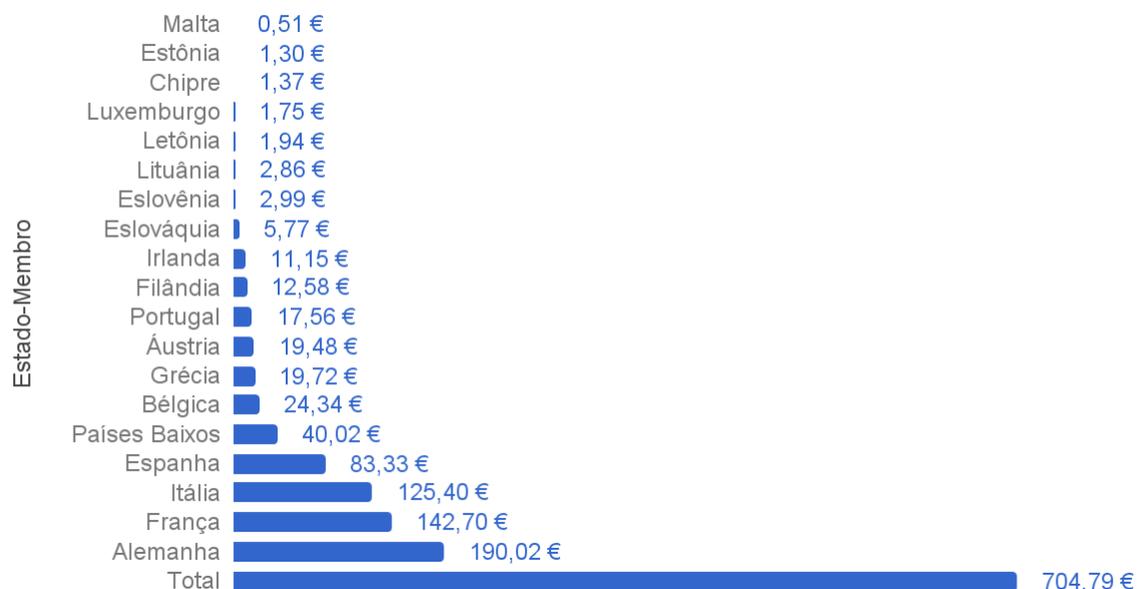
A figura 13 mostra a contribuição atual de cada Estado-Membro para o Mecanismo Europeu de Estabilização. Conforme apontado pelos dados, a contribuição atual dos países europeus ao mecanismo não obedece estritamente à distribuição Norte-Sul dentro da Europa, na medida em que, por exemplo, a Espanha contribui nominalmente em maior escala do que os Países Baixos ou a Bélgica, e que a própria Grécia contribui em maior escala do que a Áustria.

Em comum, Grécia e Espanha apresentam-se como países que passaram por situações delicadas no tocante à dívida pública na esteira da crise de 2008, necessitando recorrer ao Mecanismo Europeu de Estabilização (países onde também se observou a ascensão de partidos de esquerda como o SYRIZA e o Podemos). Áustria, Bélgica e Países Baixos, inversamente, são países em que, assim como na Alemanha e na França (maiores contribuintes do mecanismo), observou-se um melhor desempenho de partidos de direita radical no mesmo período.

Apesar do contrassenso representado pelos níveis de contribuição dos Estados-Membros para o Mecanismo Europeu de Estabilização, não é possível desconsiderar o apelo político da crítica às transferências fiscais nos países da Europa Ocidental. O programa do partido austríaco não faz nenhuma menção específica às transferências fiscais. Em contrapartida, o programa do PVV (2017) defende que “ao invés de financiar o mundo inteiro e pessoas que não queremos aqui, gastaremos o dinheiro com cidadãos neerlandeses comuns”; o AfD (2017) “insiste que os bancos alemães não devem ser ameaçados por decisões errôneas de bancos estrangeiros”, e que “as poupanças alemãs não devem ser usadas para garantir o risco incorrido em países estrangeiros”; o FN (2017) afirma que “a França deve vetar os planos inúteis e fracassados de recapitalização dos países vítimas do euro”, e que “o dinheiro dos franceses deve ficar na França”; e o VB (2017) flamengo critica que a região seja “fornecedora de bilhões de dólares para a UE e diversos países do Sul da Europa”.

Figura 13 - Contribuição para o Mecanismo Europeu de Estabilização

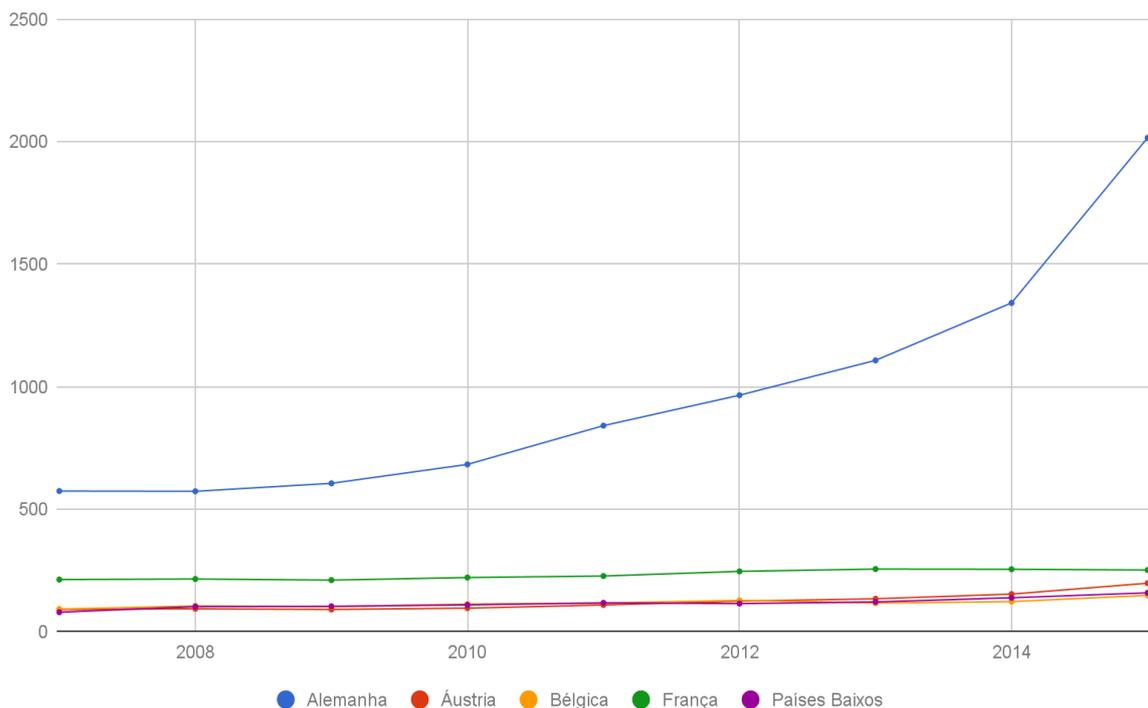
Capital subscrito (em bilhões de euros)



4.2 EFEITOS DOS FLUXOS DE PESSOAS

Coincide com o período posterior à crise de 2008 um aumento expressivo número de novos imigrantes nos países da Europa Ocidental, particularmente na Alemanha. Os dados da figura 14 mostram a evolução do número de novos imigrantes na Alemanha, Áustria, Bélgica, França e Países Baixos entre 2007 e 2015. É possível observar uma relativa estabilidade no número de novos imigrantes na Áustria, Bélgica, França e Países Baixos, a despeito dos efeitos da crise. Inversamente, no caso alemão, o número de novos imigrantes cresce expressivamente ao longo dos nove anos da série, ultrapassando os dois milhões em 2015⁵⁰. A figura 15 mostra a evolução da relação entre o número total da população estrangeira com relação à população total dos cinco países ao longo do mesmo período, avaliando os impactos das migrações para suas estruturas populacionais.

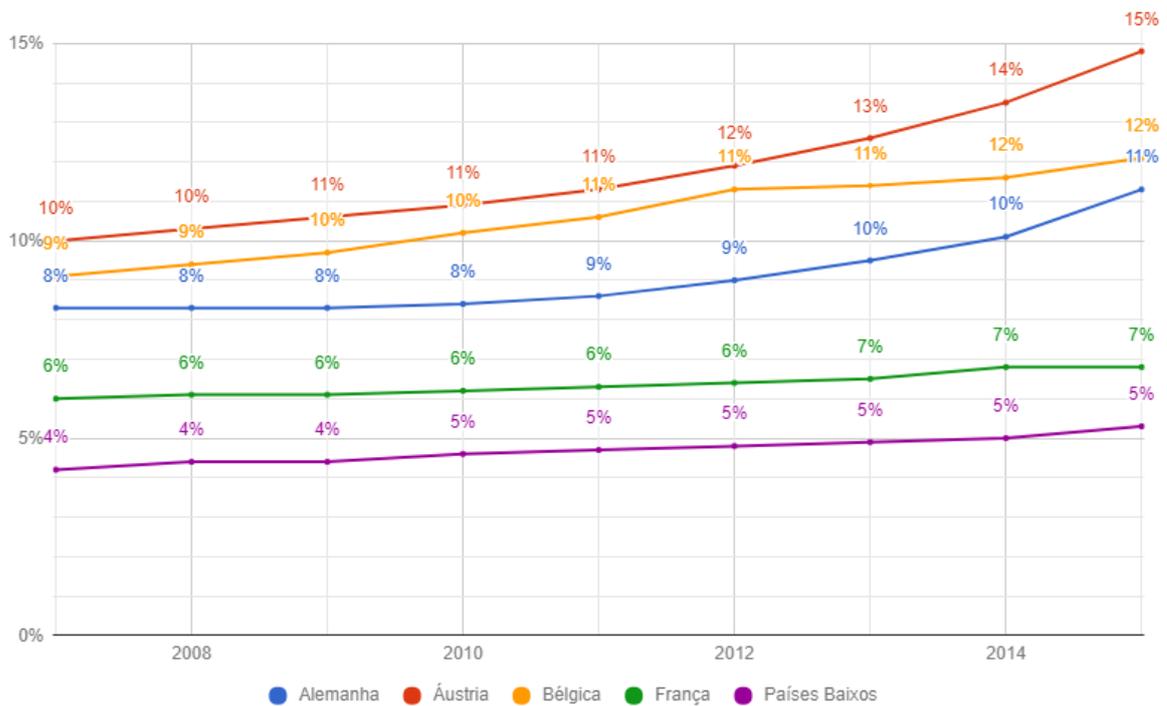
Figura 14 - Evolução do número de novo imigrantes (em milhares)



Fonte: OCDE, 2017. Elaboração do autor.

⁵⁰ No caso da Alemanha, particularmente, interessa considerar a relação entre o expressivo afluxo de novos imigrantes e o aumento da sensação de insegurança entre os alemães. Na esteira de atentados terroristas no país e em outras partes da Europa, o discurso da direita radical se orienta para o fomento de um estado de insegurança, convergindo eleitoralmente para suas propostas nativistas e autoritárias.

Figura 15 - Evolução da relação população estrangeira/população total



Fonte: OCDE, 2017. Elaboração do autor.

Conforme evidenciado pela figura 15, os impactos dos fluxos de imigração na estrutura populacional dos países selecionados da Europa Ocidental são invariavelmente crescentes, a despeito de diferenças de intensidade na variação. Destacam-se, nesse sentido, os casos alemão, austríaco e belga, relacionados não somente aos resultados líquidos dos fluxos migratórios para esses países (considerados os dados indicados pela figura 14), mas também a própria dinâmica demográfica desses países. Os desdobramentos desses movimentos se comunicam diretamente com a noção de chauvinismo de bem-estar social (DE KOSTER et al., 2013), na medida em que o aumento da população estrangeira se combina com discussões acerca da redistribuição econômica, e particularmente da distribuição de serviços de bem-estar social para imigrantes - discussões que são estrategicamente protagonizadas pelos partidos de direita radical.

Nesse sentido, o programa do AfD (2017) critica o “abuso do generoso sistema de bem-estar alemão” por cidadãos vindos dos países mais pobres da UE, propondo uma revisão das regras de benefício da seguridade social para esses cidadãos, ou mesmo do próprio princípio de livre-circulação de pessoas. Para imigrantes de fora do bloco, a crítica avança sobre a “imigração descontrolada e predominantemente ilegal de trabalhadores desqualificados, que abusam das demandas de asilo” e que, além de não beneficiar a economia do país, “ferem a sociedade alemã”. Na Áustria, o FPÖ (2017) afirma “rejeitar firmemente qualquer sincronização artificial das diversas línguas e culturas europeias por meios de um multiculturalismo, globalização e imigração de massa forçados”, defendendo ainda em seu

programa que “a Áustria não é um país de imigração” e que o partido “busca uma política familiar centrada em nascimentos”.

Na Bélgica, o VB afirma que “a integração dos imigrantes tem se tornado cada vez mais difícil e coloca o sistema social sob pressão crescente”, defendendo que “os flamengos se sintam novamente em casa em sua própria região”. Na França, o FN sustenta que a imigração é “fonte de custos bastante importantes” e que “a assimilação não é mais viável em um contexto de imigração em massa”, sendo necessárias “medidas de ordem constitucional, legislativa e regulamentar” para “o mais rapidamente parar tanto a imigração legal quanto clandestina”. Por sua vez, o PVV neerlandês defende um “basta da imigração e asilo de massa, de terror, violência e insegurança”, advogando “cancelar todas as permissões de asilo que tenham sido aprovadas por períodos específicos, e fechar os centros de asilo”.

De modo geral, independentemente do maior ou menor nível de variação dos fluxos migratórios nos países da Europa Ocidental analisados, o apelo político baseado sobre o conceito do chauvinismo de bem-estar é incontestável. De tal maneira, resgata-se a noção de que, para além de uma racionalidade baseada sobre elementos empíricos – o peso da imigração sobre a deterioração do já fragilizado Estado de bem-estar social nesses países – importa sobremaneira considerar o peso estratégico desse tipo de chauvinismo para a ascensão dos partidos de direita radical ao longo dos últimos anos e, conseqüentemente, as perspectivas de transformação política associadas a esse movimento.

5 CONCLUSÕES

Tendo em vista o objetivo geral deste estudo, no sentido de avaliar as transformações atuais do sistema mundial, e particularmente o questionamento das bases do consenso hegemônico norte-americano pela adesão crescente a formas exacerbadas de crítica à integração europeia, este trabalho procurou relacionar, em nível histórico, teórico e estatístico, os elementos que constituem o fortalecimento dos partidos de direita radical na Europa a partir da crise de 2008. Ao longo dos últimos sessenta anos desde a assinatura do Tratado de Roma, conforme destacado no primeiro capítulo, a construção europeia se moldou às condições do sistema internacional, respondendo particularmente aos movimentos das grandes potências até a virada dos anos 1990, e a tentativas de consolidação diante dos desafios da multipolaridade econômica e da ampliação expressiva do bloco na esteira da desagregação do bloco soviético.

No entanto, o que se verifica sobretudo a partir dos anos 1990, sob o marco do Tratado de Maastricht, é uma politização crescente da integração europeia, que se sobrepõe às tentativas de reorganizar o bloco diante de sua ampliação e dos desafios do novo século. Em razão disso, ao mesmo tempo em que tais desafios tornam imprescindíveis um aprofundamento da integração no sentido de garantir à União capacidade de ação estratégica autônoma no sistema internacional, grupos políticos internos criticam a incapacidade do bloco em gerenciar sua inserção no sistema, e advogam um discurso contrário ao aprofundamento da integração, calcados sobre um discurso soberanista. Nesse sentido, particularmente, a verificação de tendências eurocéticas duras ou de princípio entre partidos de direita radical, que têm como elementos basilares o nativismo e o autoritarismo, aponta para uma contradição clara entre posições progressivamente aceitas e defendidas no seio das democracias ocidentais e os valores iluministas subjacentes ao consenso hegemônico norte-americano.

Particularmente, tais partidos mostram uma adesão e desempenho destacado entre os países mais ricos da Europa, localizados predominantemente na Europa Ocidental. Tanto em eleições nacionais quanto no Parlamento Europeu, partidos de direita radical vinculados a esses países ou agrupamentos políticos aos quais eles estão associados tem ganhado espaço ao longo da última década. De todo modo, ainda que não cheguem a estabelecer um poder majoritário, a posição desses partidos nas democracias europeias tensiona as políticas públicas no sentido nativista e autoritário que os consubstancia. Interessa apontar que, diferentemente dos países centrais da Europa, nos países periféricos os partidos eurocéticos de esquerda tendem a criticar a forma atual – e notadamente a imposição da austeridade como instrumento de superação da crise –, mas não os princípios da integração europeia.

De tal modo verifica-se a importância central e progressiva do chauvinismo de bem-estar social enquanto conceito elementar para a compreensão da relação entre o recente fortalecimento do discurso eurocético baseado em partidos de direita radical nos países da Europa Ocidental, por um lado, e os efeitos desencadeados pela crise de 2008 – no sentido da geração de emprego e renda, das transferências fiscais e da política de portas abertas. No sentido de analisar essa relação, o estudo cumpre com o objetivo geral ao destacar importância de tal elemento, sem pretensões unívocas ou deterministas, para compreender as causas e efeitos da crítica à integração europeia e do crescimento dos partidos de direita radical a partir da crise de 2008. Nesse sentido é que se verificou necessária a compreensão da construção da integração europeia enquanto processo associado ao consenso hegemônico norte-americano, a delimitação do conceito de euroceticismo e a identificação e dimensionamento do desempenho dos partidos eurocéticos de direita radical no período subsequente à crise.

De tal modo, convém destacar, à luz do levantamento histórico, teórico e estatístico realizado por este estudo, a pertinência ou não das hipóteses levantadas no início do trabalho. Partindo-se das hipóteses mais concretas, a ideia de que *os efeitos em termos de emprego e renda, particularmente entre os trabalhadores com menor nível de instrução, atuam no sentido de favorecer a adesão aos partidos eurocéticos de direita radical* é parcialmente refutada pela análise. Conforme a teoria sobre o euroceticismo e os partidos de direita radical sugerem, o fortalecimento dos partidos de direita radical parece estar associado à deterioração do nível socioeconômico entre uma massa de trabalhadores com baixo nível de instrução, que tendem a aderir politicamente a um discurso nativista e autoritário que proteja sua perspectiva de inserção no mercado de trabalho dos movimentos aos quais a globalização os sujeita.

Os dados mostram que tal asserção seja possível de ser verificada em alguns casos, mas não em todos. Particularmente, o caso alemão mostra uma queda contínua do nível de desemprego (entre trabalhadores de nível básico, intermediário e avançado de instrução) e de crescimento na geração de renda, mas simultaneamente um desempenho cada vez mais significativo do partido de direita radical *Alternative für Deutschland*, que se filia, no nível europeu, aos grupos eurocéticos EFDD e ao ENF. De tal modo, é possível considerar que o impacto dos indicadores referidos pela teoria sejam elementos importantes no fortalecimento dessa família de partidos, mas que não sejam suficientemente explicativos de todos os casos, sendo necessárias análises mais avançadas a esse respeito.

Quanto à hipótese de que *os efeitos da crise derivados sob a forma das transferências fiscais para países em situação de maior deterioração econômica contribuem para a crescente adesão ao euroceticismo baseado em partidos de direita radical*, a asserção é parcialmente

corroborada. A despeito de que os níveis de contribuição para o Mecanismo Europeu de Estabilização não obedecem à distribuição centro-periferia dentro da Europa, com casos notáveis de contribuição mais elevada entre países periféricos com relação a países centrais, a identificação de posições contrárias nos discursos – e, mais notadamente, nos programas partidários – das formações políticas eurocéticas analisadas confirma a importância das transferências na estratégia e no apelo político dos partidos de direita radical.

Também é corroborada a hipótese de que *o aumento dos fluxos de pessoas em direção aos países mais ricos da Europa, verificado de modo mais contundente no período que se segue à crise de 2008, contribui para o fortalecimento desses partidos*. Identificado entre os programas de todos os partidos analisados no estudo aprofundado do terceiro capítulo, os indicadores mostram que, invariavelmente, o número de novos imigrantes em direção a esses países aumenta progressivamente, bem como a importância em suas estruturas demográficas.

De tal modo, a hipótese principal de que *os efeitos diretos e derivados da crise de 2008 favoreceram as condições para o fortalecimento do euroceticismo baseado em partidos de direita radical, cuja aderência em camadas socioeconomicamente mais vulneráveis refletiu uma resposta sistemática desses partidos no sentido de protagonizar o debate eurocético em meio à conjuntura crítica* é apenas parcialmente corroborada. Tal corroboração parcial acompanha a ressalva realizada a partir da análise do caso alemão, que serve como elemento de refutação parcial dos efeitos diretos da crise de 2008 sobre a adesão aos partidos de direita radical. Indiretamente, no entanto, os efeitos desdobrados sobre as formas das transferências fiscais e da política de portas abertas é corroborada nos cinco casos analisados. Além disso, é preciso manter em vista a separação entre os níveis da oferta e da demanda política, uma vez que os indicadores utilizados nesse estudo que ressaltam as hipóteses iniciais referem-se sobretudo às condições do potencial político eurocético – sendo invariável a tendência de instrumentalização política pelos partidos verificados, no sentido estratégico de tomada de ação.

No nível dos partidos eurocéticos de direita radical, seu conteúdo chauvinista aparece como principal elemento de coesão nos três movimentos analisados: efeitos sobre os indicadores socioeconômicos, efeitos sobre as transferências fiscais e efeitos sobre os fluxos migratórios. De tal modo, o chauvinismo de bem-estar social aponta, simultaneamente, para uma radicalização do conflito entre ganhadores e perdedores da globalização (no sentido dos efeitos socioeconômicos diretos), para uma rejeição da ingerência europeia através do redirecionamento de recursos das regiões mais ricas para as mais pobres (no sentido dos efeitos das transferências fiscais) e, mais evidentemente, para uma rejeição da assimilação de imigrantes (no sentido dos efeitos dos fluxos migratórios).

Em conjunto, os três elementos apontam para uma resistência à ameaça percebida ao Estado de bem-estar social nos países mais ricos da Europa. A fim de aprofundar o entendimento desses processos em sua relação com os determinantes mais gerais do sistema internacional, é conveniente que estudos futuros destaquem de maneira mais detalhada o caso alemão, no sentido de relacionar outros elementos conformadores do fortalecimento dos partidos de direita radical. Além disso, importa considerar a necessidade de estudos mais abrangentes tanto do ponto de vista geográfico – para além de uma análise específica da Europa Ocidental – quanto ideológico – avaliando as diferenças e implicações existentes entre partidos radicais nos dois extremos do espectro político.

Importa igualmente manter em vista que a contradição entre a posição desses partidos e o consenso hegemônico norte-americano é potencializada por se tratarem de atores que, paradoxalmente, estão dispostos a cumprir com as regras do jogo democrático. Trata-se, dessa forma, de um desafio para a UE e as democracias ocidentais de modo geral, no sentido de gerenciar a ascensão desses atores, garantindo a preservação das bases humanísticas da democracia liberal. Este estudo assume caráter primordialmente analítico – no entanto, a análise sugere que administrar o fortalecimento da direita radical passa necessariamente pelas bases socioeconômicas e pela consideração dos efeitos da inserção global em nível local.

De outro modo, é possível antecipar um cenário em que as contradições entre democracia e globalização alcancem um ponto paradoxal insustentável, em que ou a própria democracia ou a globalização não resistam às pressões dialéticas e deem lugar a novas formas de organização social, política e econômica. Nesse sentido, a reação dos atores políticos e econômicos defensores da integração europeia deve calcular os caminhos da integração a partir das necessidades de se garantir a democracia sem potencializar o dissenso restritivo, lançando as bases do consenso a partir dos fundamentos mais concretos da cidadania – com a garantia de acesso à educação, emprego e serviços públicos. Sendo assim, não é possível considerar irrestritamente todas as formas de resistência à integração da mesma maneira. Clivagens ideológicas se impõem tanto no nível da oferta quanto da demanda política, e atentar para os condicionantes das resistências mais duras entre os eleitores é imprescindível para compreender as resistências e garantir a continuidade da construção europeia.

REFERÊNCIAS

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND. Manifest for Germany. Berlim: Alternative für Deutschland, 2017.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro : Contraponto, 1996.

BANCO MUNDIAL. Dados abertos do Banco Mundial. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em 07 dez 2017.

BRACK, Nathalie et STARTIN, Nicholas. Introduction: Euroscepticism, from the margins to the mainstream. 2015.

BRUNETEAU, Bernard. Histoire de l'idée européenne au second XXe siècle à travers les textes. Armand Colin, 2008.

_____. La mémoire de l'anti-européisme, des années 1950 à 2005. Les cahiers Irice, 2009a, no 2, p. 147-156.

_____. L'identité européenne contre l'identité «républicaine»? Relations internationales, n. 4, p. 73-81, 2009b.

_____. Idée européenne, communisme et fin de la guerre froide. In: Sortir du communisme, changer d'époque. Presses Universitaires de France, 2011. p. 131-156.

COMISSÃO EUROPEIA. Compreender as políticas da União Europeia: como funciona a União Europeia. Luxemburgo: Comissão Europeia, 2014.

_____. Livro Branco sobre o futuro da Europa: reflexões e cenários para a UE-27 em 2025. Bruxelas: Comissão Europeia, 2017.

CONSELHO DA EUROPA. Points forts 2016. Estrasburgo: Conselho da Europa, 2017.

COSTA, Olivier. A União Europeia e sua política exterior. Brasília: FUNAG, 2017.

CRESPY, Amandine ; VERSCHUEREN, Nicolas. From Euroscepticism to resistance to European integration: an interdisciplinary perspective. Perspectives on European politics and society, 2009, vol. 10, no 3, p. 377-393.

DE KOSTER, Willem; ACHTERBERG, Peter; VAN DER WAAL, Jeroen. The new right and the welfare state: The electoral relevance of welfare chauvinism and welfare populism in the Netherlands. International Political Science Review, v. 34, n. 1, p. 3-20, 2013.

EUROPEAN CONSERVATIVES AND REFORMISTS GROUP. The Future of the European Union. ECR Statement. 2017.

EUROPE OF FREEDOM AND DIRECT DEMOCRACY. Our Charter. Disponível em: <<http://www.efddgroup.eu/about-us/our-charter>>. Acesso em: 14 dez 2017.

EUROPE OF NATIONS AND FREEDOM. Charter. Disponível em: <<http://www.enfgroup-ep.eu/charter/>> . Acesso em: 14 dez 2017.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. Capitalismo, espaço e tempo. Ensaios FEE, v. 20, n. 1, p. 261-283, 1999.

_____. A chave do tamanho: desenvolvimento econômico e perspectivas do Mercosul. UFRGS, Editora, 2004.

FIORI, José Luis; DE MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. O mito do colapso do poder americano. Record, 2008.

FREIHEITLICHE PARTEI ÖSTERREICH'S. Parteiprogramm (englisch). Disponível em: <<https://www.fpoe.at/themen/parteiprogramm/parteiprogramm-englisch/>>. Acesso em 10 dez 2017.

FRONT NATIONAL. Programme Politique. Nanterre: Front National, 2017.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. IMF Data Mapper. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/datamapper>>. Acesso em: 07 dez 2017.

GEERT WILDERS. Preliminary Election Program PVV 2017-2021. Disponível em: <<https://www.geertwilders.nl/94-english/2007-preliminary-election-program-pvv-2017-2021>>. Acesso em 10 dez 2017.

GRABOW, K.; HARTLEB, F. Mapping present-day right-wing populists. Exposing the Demagogues: Right-wing and National Populist Parties in Europe, 2013.

HERNÁNDEZ, Enrique; KRIESI, Hanspeter. Turning your back on the EU. The role of Eurosceptic parties in the 2014 European Parliament elections. Electoral Studies, v. 44, p. 515-524, 2016.

HOBOLT, Sara B. et DE VRIES, Catherine E. Public support for European integration. Annual Review of Political Science, 2016a, vol. 19, p. 413-432.

_____. Turning against the union? The impact of the crisis on the Eurosceptic vote in the 2014 European Parliament elections. Electoral Studies, 2016b, vol. 44, p. 504-514.

IVALDI, Gilles. Euroscepticism, populisme, droites radicales: état des forces et enjeux européens. L'Europe en formation, 2014, no 3, p. 7-28.

IVALDI, Gilles; ZASLOVE, Andrej. L'Europe des populismes: confluences et diversité. Revue européenne des sciences sociales, v. 53, n. 1, p. 121-155, 2015.

IVARSFLATEN, Elisabeth; GUDBRANDSEN, Frøy. The populist radical right in Western Europe. Europa Regional Surveys of the world: western Europe, v. 2012, p. 1-5, 2012.

KOPECKÝ, Petr ; MUDDE, Cas. The two sides of Euroscepticism: party positions on European integration in East Central Europe. European Union Politics, 2002, vol. 3, no 3, p. 297-326.

LECONTE, Cécile. From pathology to mainstream phenomenon: Reviewing the Euroscepticism debate in research and theory. *International Political Science Review*, 2015, vol. 36, no 3, p. 250-263.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MCDONNELL, Duncan; WERNER, Annika. Respectable radicals: why some radical right parties in the European Parliament forsake policy congruence. *Journal of European Public Policy*, 2017, p. 1-17.

MECANISMO EUROPEU DE ESTABILIZAÇÃO. Assistência Financeira. Disponível em: <<https://www.esm.europa.eu/financial-assistance>>. Acesso em 07 dez 2017.

_____. Acionistas. Disponível em: <<https://www.esm.europa.eu/esm-governance>>. Acesso em 07 dez 2017.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida; CAMPOS, Cinthia Regina. União Européia, reformas institucionais e déficit democrático: uma análise a partir do mecanismo de co-decisão. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2009, vol. 52, no 1.

MINKENBERG, Michael. The European Radical Right and Xenophobia in West and East: Trends, Patterns and Challenges. *RIGHT-WING IN EUROPE*, p. 9-33.

MUDDE, Cas. *Populist radical right parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

OCDE. *International Migration Outlook 2017*. Paris: OECD Publishing, 2017.

ONDARZA, Nicolai von. Euro-sceptics in power: integration-critical parties in the European Parliament and national governments. 2016.

PARLAMENTO EUROPEU. *Review: les élections européennes et nationales en chiffres*. Luxemburgo: Parlamento Europeu, 2014.

_____. Repartição dos lugares. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/hemicycle.html>>. Acesso em 14 dez 2017.

_____. Resultados das Eleições Europeias de 2009. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/pt/election-results-2009.html>>. Acesso em: 14 dez 2017.

_____. Resultados das Eleições Europeia de 2014. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/pt/election-results-2014.html>>. Acesso em: 14 dez 2017.

RUSSO, Federico et COTTA, Maurizio. Beyond Euroscepticism and Euriphilia: Multiple Views about Europe. *Сравнительная политика*, 2014, vol. 5, no 1, p. 102-119.

RYDGREN, Jens. Is extreme right-wing populism contagious? Explaining the emergence of a new party family. *European journal of political research*, v. 44, n. 3, p. 413-437, 2005.

SCHARPF, Fritz W. Monetary union, fiscal crisis and the disabling of democratic accountability. In: *Politics in the Age of Austerity*. Polity Press, 2013. p. 108-142.

SZCZERBIAK, Aleks; TAGGART, Paul. *Opposing Europe: The Comparative Party Politics of Euroscepticism in Europe, Volume 1: Case Studies and Country Surveys*. Oxford University Press, 2008a

_____. SZCZERBIAK, Aleks; TAGGART, Paul (Ed.). *Opposing Europe?: The Comparative Party Politics of Euroscepticism: Volume 2: Comparative and Theoretical Perspectives*. Oxford University Press, 2008b.

TAGGART, Paul. A touchstone of dissent: Euroscepticism in contemporary Western European party systems. *European Journal of Political Research*, 1998, vol. 33, no 3, p. 363-388.

TODD, Emmanuel. *Depois do império: a decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TOSTES, Ana Paula. Razões da intolerância na Europa integrada. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 52, n. 2, 2009.

UNESCO. *International Standard Classification of Education - ISCED 2011*. Unesco, 1997.

UNIÃO EUROPEIA. Do tratado da União Europeia e do tratado sobre o funcionamento da União Europeia. *Jornal oficial da união europeia (2016/C 202/01)*. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2016:202:FULL&from=PT>>. Acesso em 05 dec. 2017, 2016, vol. 15.

VAN ELSAS, Erika J. Appealing to the ‘losers’? The electorates of left-wing and right-wing Eurosceptic parties compared, 1989–2014. *Electoral Studies*, v. 50, p. 68-79, 2017.

VASILOPOULOU, Sofia. Varieties of euroscepticism: the case of the European extreme right. *Journal of Contemporary European Research*, 2009, vol. 5, no 1, p. 3-23.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevich. *Manual do Candidato: História Mundial Contemporânea*. Brasília: FUNAG, 2012.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *A grande crise: a nova (des) ordem internacional dos anos 80 aos 90*. Vozes, 1992.

VLAAMS BELANG. *Programma*. Disponível em: <<https://www.vlaamsbelang.org/programma/>>. Acesso em 14 dez 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789–1914*. Berkeley. 2011.